

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2014/2015



TIG

**A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA CAMPANHA
MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

Cap AdMil 00895897 António José Rodrigues Monteiro (Coordenador)

Cap Eng 03383999 Milton Jacinto Pais

Cap Inf 12818099 João Carlos Lopes Polho

Cap Inf 19697899 Jorge Emanuel Ferreira Louro

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

Cap AdMil 00895897 António José Rodrigues Monteiro (Coordenador)

Cap Eng 03383999 Milton Jacinto Pais

Cap Inf 12818099 João Carlos Lopes Polho

Cap Inf 19697899 Jorge Emanuel Ferreira Louro

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2014/2015

Orientadores: Maj Inf João Vasco da Gama de Barros

Maj Cav Paulo Jorge da Silva Gonçalves Serrano

Pedrouços 2015



Agradecimentos

O presente trabalho contou com a preciosa colaboração de diversas pessoas, que contribuíram no seu desenvolvimento e a quem manifestamos o nosso reconhecimento.

A suas excelências, General Jorge Salazar Braga, Tenente-General Manuel Vizela Cardoso, Major-General Renato Marques Pinto e ao ex-Subinspetor da PIDE/DGS, Óscar Cardoso, pela transmissão de conhecimento e pela ajuda facultada, pelas entrevistas concedidas, e pela autorização para a publicação das mesmas.

Ao Major Gama de Barros, e ao Major Gonçalves Serrano, respetivamente orientador e coorientador, pelo incentivo, disponibilidade, desafios, rigor, exigência e conselhos colocados ao nosso grupo na elaboração deste trabalho.



Índice

Índice de Figuras	v
Índice de Tabelas	vi
Índice de Anexos	vii
Resumo	viii
Abstract.....	ix
Lista de abreviaturas	x
Introdução	1
1. Enquadramento teórico	3
2. A estrutura das Informações militares no TO de Angola	6
a. Estrutura superior de comando.....	6
b. As Informações no nível Operacional.....	7
(1) 3ª Região Militar	7
(2) 2ª Região Aérea e Comando Naval de Angola	8
(3) Comando-Chefe	8
c. As Informações no nível Tático	9
(1) Pelotão de Reconhecimento	10
(2) Companhia	10
(3) Grupo de Reconhecimento/Cavalaria	11
(4) Batalhão	11
(5) Setor	12
(6) Zona de Intervenção / Zona Militar	13
d. Ciclo de Produção de Informação	14
(1) Orientação do esforço de pesquisa.....	14
(2) Pesquisa de notícias	14
(a) População.....	14
(b) Atividade do In	15
(c) Pessoal militar In.....	16
(d) Documentos In	16
(e) Material In.....	16
(f) Fotografia aérea	17
(g) Transmissões In	17
(h) Diversos (Emissões de Rádios).....	17
(3) Estudo e interpretação/Processamento das notícias	18
	iii



(4) Exploração das Informações	18
3. Articulação entre as Informações Estratégicas e as Informações estritamente militares	21
a. Relação entre os diferentes órgãos de informação	21
(1) SCCIA.....	22
(2) PIDE/DGS.....	23
b. Relacionamento entre os SCCIA e a PIDE/DGS	25
4. A Africanização e as Informações	28
a. Conceito e organização territorial da Africanização	28
b. Africanização como “sensor” apropriado do conflito	30
Conclusões.....	34
Bibliografia.....	38



Índice de Figuras

Figura nº 1 – Estrutura Militar e Civil na Guerra de Angola.	6
Figura nº 2 – Aeronave da Força Aérea modelo T-6 em operações de RVIS, em 1965.	15
Figura nº 3 – Capa de SUPINTREP.	19
Figura nº 4 – Fluxo de Notícias e Informação militares no TO de Angola.	20
Figura nº 5 – Relação dos órgãos de informações em Angola de 1961 a 1974.....	25
Figura nº 6 – Major Marques Pinto, 1963, chefe da 2ª Repartição do QG e do SCCIA.	26



Índice de Tabelas

Tabela nº 1 – Relação de Efetivos Metropolitanos e de Recrutamento Local.....	29
Tabela nº 2 – Unidades de recrutamento local	30



Índice de Anexos

Anexo A – Entrevista ao Exmo. General Salazar Braga	Anx A-1
Anexo B – Entrevista ao Exmo. Major-General Renato Marques Pinto.....	Anx B-1
Anexo C – Entrevista ao Ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Castro Cardoso	Anx C-1
Anexo D – Entrevista ao Exmo. General Vizela Cardoso.....	Anx D-1



Resumo

Entre 1961 e 1974, Portugal esteve envolvido numa guerra de contrassubversão, em três dos seus territórios africanos. As Informações assumiram uma importância fundamental na condução da estratégia nacional e da sua componente militar, no planeamento e execução dos planos de operações, bem como nas ações táticas levadas a efeito para repor a paz naqueles territórios.

O presente trabalho foi desenvolvido durante o Curso de Promoção a Oficial Superior 2014/2015, proporcionando a análise do serviço de informações implementado no Teatro de Operações de Angola, sendo utilizado o raciocínio indutivo para o seu desenvolvimento.

Da análise realizada verificamos que as Informações tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da guerra. Para tal houve a necessidade de adaptações, nomeadamente ao nível da doutrina, da organização no terreno, na organização do relacionamento entre entidades que trabalhavam as informações, bem como a expansão da Africanização em benefício das Informações.

Palavras-chave

Guerra de África, Angola, Informações, Africanização.



Abstract

Between 1961 and 1974, Portugal was involved in a counterinsurgency war, in three of its African territories. The intelligence assumed a critical importance in the conduct of national strategy and military component, planning, execution of operation plans and in the conduct of tactical actions to restore peace in those territories.

This work was developed during the Superior Officer Promotion Course 2014/2015, providing analysis about the information service, implemented in the Operations Theater of Angola, using the inductive method to its development.

From the analysis carried out, we found that the information took a key role, in the warfare development. To achieve this state, it was necessary adaptations, particularly in doctrine, organization of the forces on the ground, organization between entities working the information, as well as the expansion of the “Africanization Intelligence”.

Keywords

Africa War, Angola, Intelligence, Africanization.



Lista de abreviaturas

CEM – Chefe de Estado-Maior
CMSM – Campo Militar de Santa Margarida
CPI – Ciclo de Produção de Informação
FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola
GE – Grupos Especiais
HUMINT – *Human intelligence*
IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
IMINT – *Imagery Intelligence*
In – Inimigo
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDE – Publicação Doutrinária do Exército
PERINTREP – Relatório Periódico de Informações
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
PSP – Polícia de Segurança Pública
QG – Quartel-General
RELIM – Relatório Imediato
RMA – Região Militar de Angola
RVIS – Reconhecimento Visual da Informação Sistemática
SCCI – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações
SCCIA - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola
SIGINT – *Signals Intelligence*
SIM – Serviço de Informações Militares
SITREP – Relatório de Situação
SRT – Serviço de Reconhecimento das Transmissões
SUPINTREP – Relatório Suplementar de Informações
TE – Tropas Especiais
TO – Teatro de Operações
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das Populações de Angola



Introdução

As Informações assumem um papel essencial em todos os conflitos, contribuindo para o conhecimento do Ambiente Operacional, com ênfase para o inimigo (In) e terreno, possibilitando uma vantagem considerável sobre o adversário. Todo o Comandante necessita de informações para decidir oportunamente de forma a cumprir a sua missão.

Entre 1961 e 1974, Portugal esteve envolvido numa guerra subversiva, sendo as necessidades de informações diferentes das de uma guerra convencional. Como refere Pinto¹ “Conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações ou atacá-los de surpresa era fundamental na guerra de contrassubversão.” (Pinto, 1995, p. 471).

A investigação em causa integra-se no projeto “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres” e tem por objetivo geral analisar a função de combate Informações, focando-se na forma como as forças terrestres usaram as informações para atingir os seus objetivos militares. Estabeleceram-se como objetivos específicos a análise de como estavam plasmados na doutrina da época as atuais atividades e sistemas da função de combate Informações, a análise da organização e fluxos do sistema de informações e os ajustamentos que foram sendo introduzidos com o decorrer da guerra, a articulação entre as Informações Estratégicas e Táticas, bem como a contribuição que a Africanização proporcionou ao sistema de informações. Nesta área do conhecimento, já outros autores investigaram e escreveram, existindo um considerável número de relatos, pretendendo-se condensá-los neste trabalho, e se possível alargar o contributo já existente.

Este tema assume especial relevância em virtude de ser parte integrante da investigação levada a cabo durante CPOS 2014/2015, sendo o objeto de estudo deste trabalho de investigação, o sistema de informações no Teatro de Operações (TO) de Angola.

Este estudo foi limitado ao sistema de informações no período da Guerra de África, compreendido entre 1961 e 1974. A recolha de dados realizou-se essencialmente na consulta de documentos e estudos históricos de autores nacionais e internacionais, bem como a execução de entrevistas a militares relacionados com o sistema de informações no período em análise.

¹ Marques Pinto, chefiou 2ª Repartição do QG da Região Militar de Angola (RMA) entre 1963 e 1965. Entre 1965 e 1968 chefiou os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA).



Para analisar a função de combate Informações no TO de Angola, no período previamente descrito, foi seguido um raciocínio indutivo, utilizando a metodologia de investigação científica, proposta pelo manual de “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação” do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). O trabalho foi realizado, recorrendo ao tratamento bibliográfico automático, estilo Havard-Anglia*, disponibilizado no Microsoft Word 2007. Desenvolvemos as três fases do raciocínio indutivo, sendo que na primeira fase (“rutura”) foi necessário romper com falsas evidências, desenvolver a pergunta de partida e deu-se início ao trabalho exploratório de consulta de literatura, de modo a substanciar a questão doutrinária e factual, a ser analisada. Na fase analítica, desenvolveram-se mais trabalhos exploratórios bibliográficos bem como entrevistas a militares que trabalharam as Informações em Angola entre 1961 e 1974.

Para a elaboração deste trabalho foi tida em consideração uma pergunta de partida e quatro perguntas derivadas. A pergunta de partida considerada é: “Como se caracterizava o sistema de informações no TO de Angola no período de 1961 a 1974?”. Como perguntas derivadas consideramos as seguintes:

- PD 1 – Como estavam as atuais atividades e sistemas da função de combate Informações plasmadas na doutrina da época?
- PD 2 – Qual a organização e os fluxos do sistema de informações, e quais os ajustamento que foram sendo efetuados no período de 1961 a 1974, no TO de Angola?
- PD 3 – Como se articulavam as Informações Estratégicas com as Informações Táticas e vice-versa?
- PD 4 – De que forma a Africanização contribuiu para a melhoria do sistema de informações?

O trabalho está organizado em 4 capítulos para além da introdução e conclusão. No 1º capítulo efetuamos um enquadramento teórico analisando a doutrina existente no período de 1961 a 1974, comparando-a com a que se encontra atualmente em vigor. No 2º capítulo realizamos uma análise da estrutura do serviço de informações militar no período da Guerra. No 3º capítulo efetuamos uma análise do relacionamento das estruturas estratégicas com as estruturas táticas. No 4º capítulo analisamos a Africanização das forças e quais os benefícios para o sistema de informações.



1. Enquadramento teórico

Com a experiência adquirida nos diversos conflitos mundiais os conceitos evoluem refletindo-se em termos de doutrina e os conceitos relacionados com à atual função de combate Informações não são exceção. Neste capítulo serão abordados conceitos da atual doutrina, bem como conceitos da doutrina que vigorou durante o período da Guerra, de forma a realizarmos uma comparação entre a doutrina que vigora hoje, e a vigente na época, facilitando a compreensão de conceitos que irão ser utilizados ao longo do trabalho.

Desde logo surge a necessidade de comparar a definição da atual função de combate Informações, com as definições de Informações que vigoraram na época, de forma a entendermos globalmente este trabalho. Atualmente a definição da função de combate Informações está plasmada na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) - 3.00 “Operações”, definindo-a como sendo o conjunto de “sistemas e tarefas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, In e considerações do âmbito civil”, sendo um processo contínuo e orientado para as necessidades de informação do Comandante (EME, 2012, p. 2-29).

Com a adesão de Portugal à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) em 1949, verificaram-se transformações consideráveis nas Forças Armadas, ao nível da sua organização, doutrina, equipamento e técnicas de Estado-Maior (Cardoso, 2004, p. 111)². Decorrente destas alterações, em 27 de abril de 1954 foi aprovado o Regulamento de Campanha Informações, que orientava o “serviço de informações nos escalões Divisão, Regimento e Batalhão” (EME, 1954, p. 1). A Informação Militar era definida como o “conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todos os elementos do In atual ou provável, bem como da zona de operações que incluem o terreno e as condições atmosféricas” (EME, 1954, p. 2). Em 1966 foi publicado um novo Regulamento de Campanha Informações, que procedeu a algumas alterações, nomeadamente na definição de Informação Militar, como sendo o “conjunto de atividades que tem por finalidade o conhecimento do In provável e atual e da área de operações obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966, p. I-1). Desta forma verificamos que o que está incluído na atual função de combate, também já o era à época, sendo o objetivo e produto equivalente ao atual.

A base para a produção de informações são as notícias, sendo este conceito transversalmente abordado nos capítulos seguintes. Atualmente são definidas como “o

² General Pedro Cardoso.



dado não processado de qualquer natureza (facto, documento ou material) que pode ser usado na produção de informações (EME, 2009, p. 1-4)”. O Regulamento de 1954 definia notícias como “todos os documentos, factos, materiais, fotografias, diagramas, cartas relatórios e observações de qualquer espécie que possam servir para lançar luz sobre o In provável ou atual ou sobre uma determinada zona de operações.” (EME, 1954, p. 2). Por sua vez, o Regulamento de 1966 definia-as como sendo “qualquer facto, documento ou material cujo conhecimento se revele suscetível de ter interesse para as finalidades de atuação de um serviço de informações” (EME, 1966, p. I-2). Verifica-se que a atual definição se aproxima significativamente da definição de 1966, sendo esta mais abrangente do que a de 1954.

O Ciclo da Produção da Informação (CPI), abordado mais profundamente no segundo capítulo, é estruturado na doutrina atual (PDE-2.00 - Informações, Contrainformação e Segurança), em 4 fases: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa, Processamento e Disseminação. O CPI é um processo que deverá estar diretamente ligado às diferentes fases do processo de decisão militar, de forma a poder fornecer as informações oportunamente, possibilitando a decisão mais adequada, melhorando os resultados das operações (EME, 2009, p. 3-1).

O Regulamento de Campanha Informações de 1954 estruturava o CPI também em 4 etapas: Pesquisa de notícias; Estudo e interpretação das notícias; Exploração ou emprego das informações resultantes e Orientação do esforço de pesquisa (EME, 1954, p. 15). Por sua vez o Regulamento de 1966 altera a sequência destas 4 etapas, definindo: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa de notícias, Processamento de notícias e exploração das informações resultantes (EME, 1966, p. III-1). Verificamos que este ciclo se foi mantendo idêntico ao longo dos tempos, sendo a partir dele que se gera a informação. O CPI deverá ser desenvolvido o mais rápido possível, por forma a que a informação seja produzida de forma atempada e possibilite ao Comandante, a melhor decisão em determinado momento, mantendo-se também esta ideia inalterada no período em análise.

O conhecimento dos níveis das Informações servirá para tornarmos mais explícito o terceiro capítulo deste trabalho. Atualmente a PDE-2.00 estabelece que as Informações estão estratificadas em 3 níveis distintos: As Informações Estratégicas (que estão na génese de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional); as Operacionais (fundamentais para o planeamento e conduta de campanhas ao nível operacional) e as



táticas (necessárias para o planeamento e condução de operações táticas) (EME, 2009, p. 1-6).

Por sua vez o Regulamento de 1954 distinguia apenas entre Informação Estratégica (dizia respeito às possibilidades, vulnerabilidades e prováveis linha de ação das nações estrangeiras, destinando-se a ser explorada pelos altos comandos a quem compete o levantamento das medidas de segurança nacional em tempo de paz e a condução das operações militares em tempo de guerra) e Informação Tática (referia-se especificamente a determinada situação de combate e considera-a como elemento básico em qualquer decisão, reduzindo ao mínimo as incertezas face ao In, condições atmosféricas e terreno, bem como auxiliar na aplicação de medidas de segurança e contrainformação que visam negar ao In informações das nossas intenções, e neutralizar as suas atividades de informações). Apesar desta divisão, salienta que embora se encontrarem em níveis perfeitamente diferenciados, deverão estar intimamente relacionados, uma vez que informações obtidas a nível Tático poderão ter utilidade a nível Estratégico e vice-versa (EME, 1954, p. 4). No Regulamento de 1966, estas definições não foram substancialmente alteradas. Comparando os níveis das operações, verifica-se no período da Guerra de África, o nível Operacional não era considerado na doutrina portuguesa, uma vez que também não era considerado na doutrina OTAN e como tal esta ausência também se refletia nas Informações.



2. A estrutura das Informações militares no TO de Angola

a. Estrutura superior de comando

Por forma a compreender a estrutura das Informações militares em Angola, é necessário analisar a estrutura superior de Comando implementada nesse TO e as principais alterações que ocorreram na mesma.

Assim, no advento da Guerra de Angola, esta província encontrava-se dividida em Comandos Territoriais, com funções essencialmente administrativas, na dependência do Comandante daquela 3ª Região Militar (Comando Terrestre), desempenhando este também a função de Comandante-Chefe (Comando Conjunto).

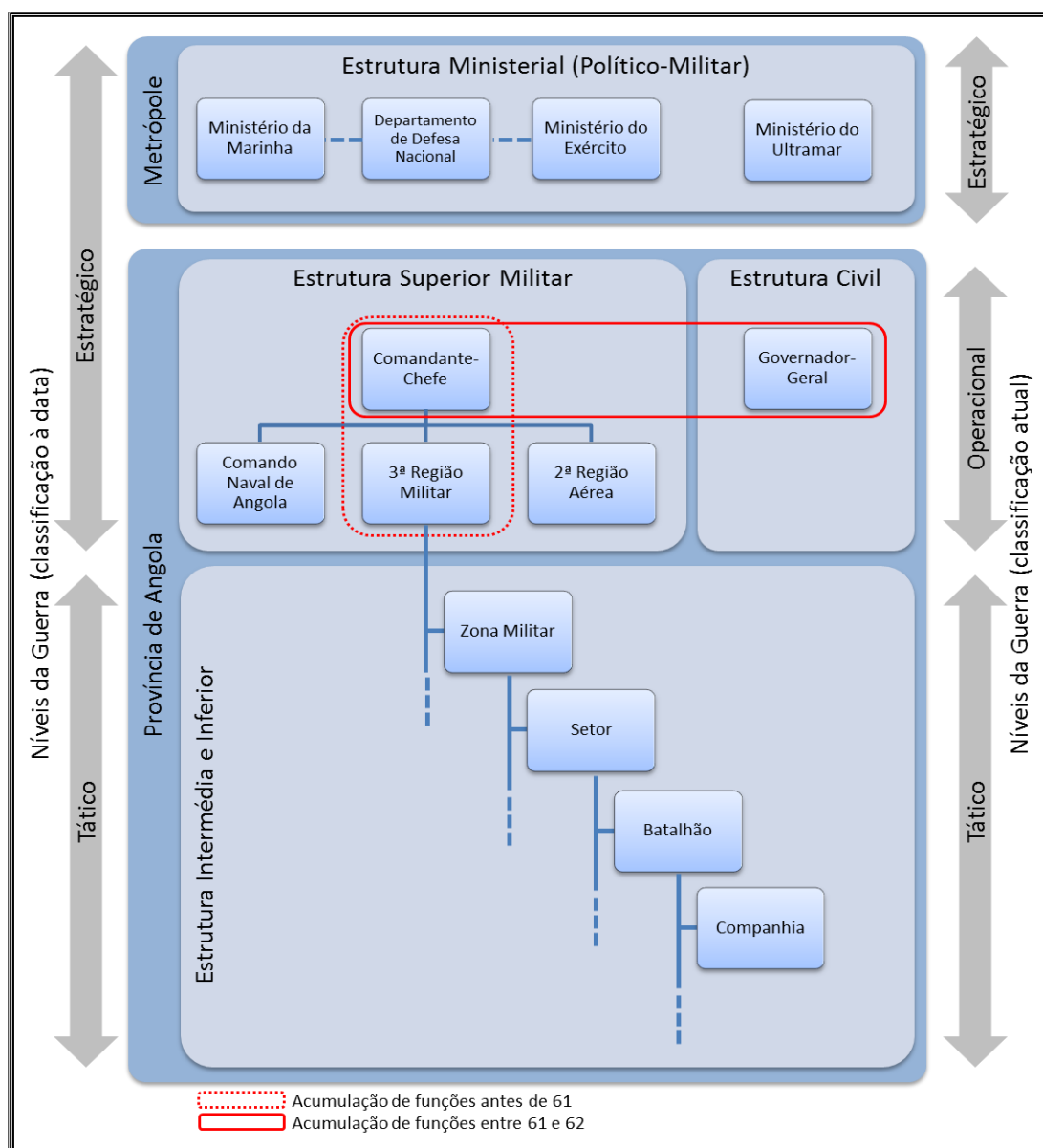


Figura nº 1 – Estrutura Militar e Civil na Guerra de Angola.

Fonte: (autores, 2015)



Após o início dos primeiros incidentes, dá-se a separação daqueles dois cargos, passando o Comandante-Chefe a desempenhar em acumulação a função de Governador-Geral da Província. Desta forma “o Comandante-Chefe é, em princípio, o coordenador dos três ramos das Forças Armadas, mas ao Comandante da Região Militar continua a competir a função da condução das operações terrestres” (CECA, 1988, p. 202).

Procede-se igualmente à alteração da designação de Comando Territorial para Zona de Intervenção e posteriormente para Zona Militar, sendo que “os primeiros tinham predominantemente funções de administração territorial, os segundos tinham quase exclusivamente funções de natureza operacional” (CECA, 1988, p. 203).

Em setembro de 1962 dá-se a separação das funções de Governador-Geral das de Comandante-Chefe, verificando-se “uma maior intromissão do Comandante-Chefe nos assuntos operacionais, até que por último, ao Comandante da Região Militar são retiradas praticamente as prerrogativas naquele campo”, sendo que, em junho de 1969, “a condução de operações é centralizada no Comando-Chefe e envolve, necessariamente, as matérias relativas às Informações e ao planeamento de operações de quaisquer forças” (CECA, 1988, pp. 203-204).

Desta forma, poder-se-á dizer que durante os dois primeiros terços da Guerra de África, o topo da estrutura militar que trabalhava as informações era o Comando da Região Militar, sendo que no terço final essa competência transitou para o escalão superior, o Comando-Chefe. De salientar ainda que o Comando da 3ª Região Militar era um Comando Terrestre e o Comando-Chefe um Comando Conjunto.

b. As Informações no nível Operacional³

(1) 3ª Região Militar

A 2ª Repartição do QG, de acordo com Pinto, (1995, p. 471) “era o órgão do Estado-Maior coordenador do sistema de informações do Exército” naquele TO.

Tinha como principais atividades “orientar a pesquisa dos Comandos subordinados, analisar a grande massa de notícias recebidas, manter atualizado o Estudo de Informações, difundir notícias e informações em relatórios periódicos e imediatos e, quando necessário, orientar operações especiais” (Pinto, 2004, p. 478).

Era constituída, (aproximadamente) por um Oficial Superior, seis capitães e oito Sargentos (Pinto, 2015)⁴, “que conheciam bem o terreno (...). Todos os Oficiais que iam

³ Doutrinariamente apenas existiam, à data, o nível Tático e Estratégico.



para a 2ª Repartição tinham que ter estado no «mato» pelo menos dois anos” (Pinto, 1995, p. 473). Cada Capitão trabalhava uma área específica (informações sobre ações In, informações exteriores, ordem de batalha, segurança/contrainformação, ação psicológica) (Pinto, 2015), relevando-se a existência de “um especialista apenas para ordem de batalha (que conhecia os nomes dos chefes todos, dos grupos, etc.)” (Pinto, 1995, p. 473).

Em termos de funcionamento, em 1961, “a repartição encontrava-se mal organizada, com o pessoal a comunicar de qualquer maneira sem ser avaliada e processada a informação. As lacunas estavam ao nível da complexidade dos relatórios e pedidos” (Braga, 2015)^{5,6}.

Segundo Braga (2015), houve necessidade de ajustar para a guerra subversiva, implementar e normalizar os relatórios e procedimentos que vinham no novo Regulamento de 1954, sendo que, após ministrar formação nestas áreas, em 1963, “já falavam a mesma linguagem e os relatórios estavam implementados” (Braga, 2015).

Desta forma poder-se-á concluir que uma das primeiras grandes alterações no sistema de informações militares, decorre da adaptação e implementação da doutrina de Informações existente para a realidade da guerra subversiva, e da respetiva normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações.

(2) 2ª Região Aérea e Comando Naval de Angola

“Na Marinha e Força Aérea havia um Oficial de Informações e eram apoiados por mais dois ou três adjuntos. Dados os recursos limitados a Marinha e a Força Aérea bebiam algum do nosso trabalho.” (Pinto, 2015).

Este aspeto terá estado relacionado com o facto de, inicialmente, “quem fazia a guerra era o Comando da 3ª Região Militar, sendo que os outros Comandos apoiavam as operações desenvolvidas por este” (Cardoso, 2015)⁷, não necessitando para tal de tantos recursos no âmbito das Informações.

(3) Comando-Chefe

No início da guerra, “no Comando-Chefe havia apenas um Oficial de Informações e um delegado dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) (este após 1968)” (Pinto, 2004, p. 480), sendo que “em Fevereiro de 1971, o

⁴ Entrevista em Anexo B – Entrevista ao Major-General Marques Pinto.

⁵ Entrevista em Anexo A – Entrevista ao General Salazar Braga.

⁶ Major Salazar Braga, chefiou entre 1961 e 1963 a 2ª Repartição QG/RMA.

⁷ Entrevista em Anexo D – Entrevista ao General Vizela Cardoso.



Comandante-Chefe, General Costa Gomes, emitiu uma diretiva segundo o qual tomava o comando direto das Zonas e Setores da RMA e integrava no seu QG as 2^a, 3^a e 5^a Repartições do QG da RMA” (Pinto, 2004, p. 480).

Segundo Pinto (2015) “foi uma falha muito grande em Angola, não ter havido mais cedo uma transferência das Informações e das Operações para o Comandante-Chefe. Quem comandava nas Operações era o Comandante-Chefe, mas quem tinha as forças atribuídas era o Comandante da 3^a Região Militar. Isto levava a uma permanente tensão entre os Comandantes, bem como entre os elementos dos respetivos Estados-Maiores. Esta situação foi resolvida em 1971, pelo General Costa Gomes quando assumiu funções de Comandante-Chefe em Angola, em que juntou no QG na Fortaleza S. Miguel em Luanda, as repartições de Informações, Operações e Ação Psicológica dos três ramos das Forças Armadas”.

Assim sendo, poder-se-á concluir que esta mudança da Repartição de Informações para a dependência do Comando-Chefe, (deixando de existir Repartições de Informações junto dos comandos de componentes, por estes passarem a ser fundamentalmente comandos administrativos das unidades dos Ramos) constituiu-se com uma alteração significativa no sistema de informações, com grande impacto na condução da guerra naquele TO, visto só a partir daquele momento o Comando-Chefe, que tinha como função “conduzir a guerra”, passou a dispor de um órgão de informações próprio que o permitia tomar decisões.

A junção das Repartições de Informações junto do Comando-Chefe permitiu ainda atingir o controlo centralizado das informações militares de todo o TO de Angola e assegurar o desejável reforço da unidade de comando.

c. As Informações no nível Tático

Inicialmente subordinadas à Região Militar, e posteriormente a nível operacional subordinadas ao Comando-Chefe, encontravam-se as Zonas Militares/Zonas de Intervenção, com uma equivalência em termos de área aos Distritos de Angola, que se subdividiam em Setores, e estes por sua vez em áreas de operações de Batalhão e Companhia.



De acordo com Cardoso (2015)⁸ “para haver um serviço de informações, tem de haver órgãos de pesquisa e os órgãos do sistema de informações têm de ter capacidade para acionar os órgãos de pesquisa.”

Iremos de seguida efetuar uma análise a cada escalão por forma a identificar os órgãos de informações existentes.

(1) Pelotão de Reconhecimento

O Pelotão de Reconhecimento era um “órgão de pesquisa específico das Informações” orgânico de cada Batalhão, constituído por aproximadamente 20 militares, que “dependia diretamente do Comandante de Batalhão, e atuava sob a coordenação do Oficial de Operações e Informações” (Cardoso, 2015)⁹.

“As missões atribuídas a este pelotão eram fundamentalmente missões de segurança e escoltas, recolhendo também notícias através do contacto com a população” (Cardoso, 2015)¹⁰, pelo que poder-se-á dizer que apesar de ser uma unidade de reconhecimento, contribuíam para o sistema de informações militares de forma indiferenciada.

(2) Companhia

A Companhia era o mais baixo escalão ao qual poderia ser atribuído uma área de responsabilidade, e tinha como missão genérica “destruir o In infiltrado, de passagem ou existente na sua área” (CECA, 1988, p. 363).

Por forma a cumprir a sua missão necessitava de informações, obtendo-as fundamentalmente através do contacto com as populações, autoridades administrativas e policiais locais, reconhecimentos, interrogatórios e documentos capturados (CECA, 1988, p. 363). Adicionalmente as Companhias podiam pagar a informadores, que se constituíam como uma das melhores origens de notícias (Cardoso, 2015)¹¹.

Em termos de orgânica, as Companhias não possuíam qualquer estrutura específica de Informações, sendo trabalhadas “em regime de acumulação, o que trazia algumas dificuldades” (CECA, 1990, pp. 158-159).

Poderá então dizer-se, que as Companhias eram fundamentalmente um órgão de pesquisa que, decorrente da sua atividade operacional, recolhiam notícias sobre o In, a população e o terreno (CECA, 1990, pp. 158-159).

⁸ Tenente-General Vizela Cardoso

⁹ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹⁰ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹¹ Tenente-General Vizela Cardoso.



(3) Grupo de Reconhecimento/Cavalaria

Existindo apenas um Grupo no TO de Angola, era também designado de “Grupo de Dragões de Angola”, e tinha na sua constituição três Esquadrões de Reconhecimento equipados com meios blindados, Panhard EBR, ETT e posteriormente Panhard AML (Afonso e Gomes, 2000, pp. 393-394). O Grupo desempenhava fundamentalmente missões de escoltas a colunas logísticas (Cardoso, 2015)¹², sendo que em 1971 dois esquadrões empregues na Zona Militar Leste, passaram a deslocar-se a cavalo, “para alcançarem mais rapidamente a área designada (...) depois, a patrulha apeava e continuava a pé com destino ao ataque ou reconhecimento” (Cann, 2005, p. 157).

Desta forma, poder-se-á dizer que, enquanto unidades de cavalaria, não eram empregues especificamente como órgãos de pesquisa, sendo que a introdução do cavalo, possibilitou a esta tipologia de unidades passar a desempenhar um papel mais importante na pesquisa e exploração de informações, decorrente da maior mobilidade tática (fora dos itinerários) conferida pelos cavalos.

(4) Batalhão

Os Batalhões tinham missões semelhantes à das Companhias, “destruir o In na sua zona de ação”, acrescentando-lhes “missões de segurança e controlo de movimentos e transportes dentro da sua área”, procedendo ainda a operações de “batida” quando existiam indícios evidentes da presença do In, mas não existiam dados pormenorizados sobre a localização das suas bases ou zonas de infiltração (CECA, 1988, p. 364).

Por forma a cumprirem as suas missões, necessitavam de efetuar “recolha e análise de uma grande massa de notícias e informações, que não eram necessariamente do mesmo tipo e amplitude que as carecidas pelas Companhias” (CECA, 1988, p. 364).

Para tal os Batalhões empenhavam as suas subunidades (Companhias e Pelotão de Reconhecimento) como órgãos de pesquisa, sendo então as notícias recolhidas, trabalhadas na Secção de Operações e Informações do Estado-Maior do Batalhão, pelo Oficial de Operações e Informações, adjuvado em acumulação de funções, pelo subalterno Comandante do Pelotão de Reconhecimento, e coadjuvado pelo Sargento de Operações e Informações (Cardoso, 2015)¹³. Apesar do efetivo apresentado, considera-se que este órgão

¹² Tenente-General Vizela Cardoso.

¹³ Tenente-General Vizela Cardoso.



de Informações dispunha de “pouco pessoal preparado para um correto e intensivo tratamento das notícias” (CECA, 1990, pp. 158-159).

Contudo o facto do Batalhão possuir um “órgão próprio para o trabalho das informações” permitia-lhe “melhores ligações com os restantes escalões militares e outros serviços de Informações civis, ficando-lhe aberto, assim, um melhor acesso a outras fontes” (CECA, 1988, p. 364).

Assim sendo, podemos dizer que o Batalhão, dispondo de um Estado-Maior reduzido, é o primeiro escalão tático com capacidade para realizar o processamento das informações.

(5) Setor

O Setor era um “escalão de comando terrestre essencialmente executivo e dispunha de meios para conduzir a contraguerrilha, controlar e proteger as populações, ocupar e defender pontos sensíveis e obter informações” (CECA, 1988, p. 205).

Cumulativamente às missões dos Batalhões, acrescem, tarefas de “reordenamento e de apoio às populações, assim como no âmbito da ação psicológica” e “nos Setores de fronteira assumia grande importância o conhecimento das infiltrações provenientes dos países limítrofes” obrigando a acrescidas necessidades de informações sobre a população e sobre a atividade transfronteiriça do In (CECA, 1988, pp. 364-365).

Para cumprir estas missões o Setor disponha, para além das forças de quadrícula, de forças de intervenção, de meios de apoio de fogos, apoio de combate, e logístico, bem como de apoio aéreo (CECA, 1988, p. 365), salientando-se, a existência junto de alguns comandos do Setor, de destacamentos da Forças Aérea constituídos por dois aviões, que permitiam ao Setor efetuar reconhecimento visual de informação sistemática (RVIS) (Pinto, 1995, p. 473).

Desta forma, face ao alargado e diferenciado leque de meios à sua disposição, “o Setor trabalhava e centralizava, pois, uma maior quantidade e variedade de informações, já que nele afluíam todas as notícias e informações provenientes das unidades subordinadas” (CECA, 1988, p. 365).

No Comando do Setor o órgão que trabalhava as informações era a Secção de Operações e Informações, “chefiada por um TCOR/MAJ, que acumulava com as funções de Chefe de Estado-Maior (CEM), e possuía um Capitão adjunto para as Operações, e um



Capitão adjunto para as Informações coadjuvado por um Sargento” (Cardoso, 2015)¹⁴, trabalhando estes dois últimos exclusivamente na área das Informações (CECA, 1990, pp. 158-159).

Conclui-se que o Setor, decorrente da sua missão e tarefas atribuídas, necessitava de produzir mais informações, para fazer face à necessidade de emprego do alargado conjunto de meios que possuía. Contudo este escalão de comando tinha ainda reduzidos recursos específicos de Informações, à exceção dos Setores que possuíam aviões dos destacamentos da Força Aérea e que se constituíam como importantes órgãos de pesquisa ao seu dispor.

(6) Zona de Intervenção/Zona Militar

Eram os principais comandos subordinados, inicialmente da Região Militar como comandos terrestres e posteriormente do Comando-Chefe, como comandos conjuntos.

A sua missão genérica visava a luta contrassubversiva, estando cometido a este escalão a missão implícita de “conter as infiltrações providas dos estados vizinhos, e tal obrigava a orientar o seu serviço de informações para um maior esforço de pesquisa no respeitante à penetração de elementos subversivos pela fronteira e ao dispositivo e atividades político-militares do In nesses territórios” (CECA, 1988, p. 365).

Neste escalão “existia já uma «manobra das populações» que tinha de ser coordenada com a manobra militar, surgiam agora necessidades de informações muito variadas e profundas sobre as populações da área” (CECA, 1988, p. 365).

Para o cumprimento destas missões disponha de uma maior diversidade de meios que no Setor, dispondo de forças de intervenção e reservas mais robustas que, associadas a uma maior liberdade de ação no seu emprego, lhe conferiam maior flexibilidade. Este facto conjugado com uma “maior competência para promover alterações ao seu dispositivo, avolumavam a importância de informações, comparativamente ao verificado nos escalões inferiores” (CECA, 1988, p. 366).

No comando das Zonas, “apareciam verdadeiras estruturas de Informações” que orientavam a pesquisa, obtinham, interpretavam e difundiam informações, estabelecendo ligações às unidades subordinadas e ao escalão superior, bem como ligação às estruturas civis de informação, como eram exemplo as seções distritais dos SCCIA (CECA, 1990, pp. 158-159).

¹⁴ Tenente-General Vizela Cardoso.



Assim, poder-se-á dizer que a Zona de Intervenção/Zona Militar estava dotada de melhores recursos de Informações, fundamentais para o planeamento de operações, emprego de reservas/forças de intervenção, alteração de dispositivos, e apoio à “manobra das populações”, funcionando claramente através de ciclos de produção de informação.

d. Ciclo de Produção de Informação

(1) Orientação do esforço de pesquisa

A orientação do esforço de pesquisa compreende fundamentalmente a determinação das necessidades de informação, elaboração do plano de pesquisa e a expedição de ordens de pesquisa e pedidos de notícias (EME, 1954, p. 80; EME, 1966, p. IV-2).

Na Guerra de Angola, “pelas características muito especiais do tipo de guerra que se trata, não havia utilidade prática na elaboração, em cada território, de um plano geral de pesquisa” (CECA, 1988, p. 367). Contudo em determinadas Zonas ou Setores chegou a ser feito.

Como forma de orientar o esforço de pesquisa, desde o escalão Comando-Chefe ao Setor, a metodologia usada mais frequentemente, consistia em expedir ordens de pesquisa para os escalões subordinados, ou pedidos de pesquisa, no caso de destinarem-se a unidades laterais ou ao escalão superior (CECA, 1988, p. 367).

Assim sendo, poder-se-á dizer-se que desde o Comando-Chefe até ao Setor a orientação do esforço de pesquisa era feita principalmente através de ordens e pedidos de pesquisa, sendo que por vezes, ao nível da Zona de Intervenção/Zona Militar e Setores, poderiam também ser efetuada através de Planos de Pesquisa.

(2) Pesquisa de notícias

A pesquisa consiste na “exploração sistemática das origens de notícias pelos órgãos de pesquisa” (EME, 1954, p. 15), tendo sido exploradas em Angola as seguintes origens de notícias:

(a) População

A população constituiu-se como a principal origem de notícias, na Guerra de África. “A maior parte das informações provinha da passagem das patrulhas pelas aldeias” (Braga, 2015), recolhendo informações “no seio das populações, [e através de] contactos diretos com os chefes tradicionais” (Pinto, 2004, p. 481).



Provavelmente este facto está na origem da alteração do Regulamento de Campanha de Informações de 1966, passando este incluir a população como origem de notícias, retirando-a da classificação de “diversos”, na qual se incluía em 1954.

Segundo Cardoso (2015)¹⁵ existia ainda população que era paga para fornecer notícias, designados de informadores, e que “eram a melhor fonte de informação, pelo menos em Cabinda”.

Esta origem de notícias era explorada fundamentalmente pelos mais baixos escalões, Companhia e Batalhão, fruto da sua atividade operacional diária.

(b) Atividade do In

O Regulamento de Campanha Informações (EME, 1966, p. V-4), considera que esta “é a origem de notícias de maior valor”.

Incluem-se nesta categoria o RVIS terrestre, aéreo e fluvial. A capacidade de RVIS, através de meios aéreos, estava já presente ao nível de alguns Setores, que possuíam um destacamento da Força Aérea com dois aviões (Pinto, 1995, p. 473).

De relevar que segundo Pinto (1995, p. 474), “as informações provenientes dos contactos entre as nossas tropas e o In, permitiam determinar zonas de atuação”.

À semelhança da origem de notícias “população”, a atividade do In como origem de notícias, era fundamentalmente explorada pelos mais baixos escalões, Companhia e Batalhão, pelos mesmos motivos apresentados, com exceção do RVIS aéreo que era efetuado pelo Setor e escalões superiores.



Figura nº 2 – Aeronave da Força Aérea modelo T-6 em operações de RVIS, em 1965.
Fonte: (Pinto, 2015)

¹⁵ Tenente-General Vizela Cardoso.



(c) Pessoal militar In

Considerada pelo Regulamento de Campanha de Informações (EME, 1954, p. 20) como “uma das melhores origens de notícias”, que no início da guerra, fruto da inexperiência e de uma formação destinada para a guerra convencional, não era explorada eficazmente. Após a realização de estágios de interrogatório, verificou-se uma melhoria na “qualidade das informações obtidas através dos interrogatórios e os relatórios de interrogatórios de pessoal capturados passaram a ter uma importância muito grande” (Pinto, 1995, pp. 474-475).

Pinto (1995, p. 475), refere ainda que devido à alteração de mentalidades de não aplicação de métodos coercivos violentos no interrogatórios, “o sistema deu resultado, porque muitos transformaram-se depois em guias, intérpretes e em tropas especiais”.

Quanto aos fluxos e exploração das informações do pessoal In capturado, estes eram interrogados pela própria unidade captora, de forma a explorar imediatamente as notícias recolhidas, sendo posteriormente, se necessário, enviados para o escalão superior (Setor, Zona, Comando da Região ou Comando-Chefe) com exceção dos “mais importantes, aqueles que eram chefes, [que iam diretamente] para o QG” (Pinto, 1995, p. 475).

(d) Documentos In

Segundo Pinto (1995, p. 475) “Os documentos capturados, diretivas, relatórios, guias de marcha e até cartas pessoais foram também uma boa fonte de origem de notícias”.

Os documentos In eram explorados pelos mais baixos escalões após a sua captura e seguidamente enviados para os escalões superiores, constituindo-se uma boa fonte para o Comando da Região e Comando-Chefe para deduzirem a ordem de batalha In (Pinto, 1995, p. 475).

(e) Material In

A captura de material In, armas, munições, minas, rádios e fardamento, conduziu à produção de informações que “permitiam que as unidades no terreno soubessem os tipos de armamento que podiam vir a defrontar-se” (Pinto, 2004, p. 481), bem como permitiu confirmar as informações estratégicas, referentes à identificação dos países estrangeiros que apoiavam o In através de fornecimento de material (Pinto, 1995, pp. 475-476).

O material In capturado era enviado para um depósito em Luanda, sendo que os primeiros modelos iam para a 2ª Repartição do QG, onde era analisado, sendo posteriormente a informação difundida para todos os escalões, através de Relatórios



Periódicos de Informações (PERINTREP), Relatórios Especiais de Informações, ou Manuais (Pinto, 2004, p. 481).

(f) Fotografia aérea

A capacidade de fotografia aérea residia na Força Aérea, sendo que os aviões que se encontravam junto aos comandos dos Setores não estavam preparados para esta missão. Desta forma, sempre que era necessário obter informação por esta origem, era solicitado ao Comando da Região Militar, e por vezes ao Comando-Chefe que acionaria os meios da Força Aérea (Pinto, 1995, p. 473).

Por forma a permitir a exploração mais célere das informações das fotografias aéreas, assim que a Força Aérea fotografava um local, “dava estas informações às unidades que estavam na frente, sempre que possível”, antes de as fornecer o comando que as tinha solicitado (Pinto, 1995, p. 472).

(g) Transmissões In

Apesar de inicialmente o In ter poucos meios rádio táticos, quando estes “começaram a aparecer nas forças adversas passaram a ser uma origem de notícias de interesse operacional; quando cifradas ou em língua indígenas eram descriptadas e traduzidas o que, levando tempo tirava a possibilidade de exploração imediata.” (Pinto, 2004, p. 481)

Os órgãos de pesquisa responsáveis por esta capacidade eram os Destacamentos de Ligação do Serviço de Reconhecimento das Transmissões (SRT), que operavam junto dos escalões inferiores, na dependência da 2ª Repartição do QG (Cardoso, 2015)¹⁶.

Desta forma o escalão que trabalha esta origem de notícias era exclusivamente o Comando da Região Militar.

(h) Diversos (Emissões de Rádios)

Esta origem de notícias era explorada através da escuta de emissões de rádio (rádio Argel, e rádio Leopoldville) permitindo “conhecer a orientação da sua propaganda e, por vezes, um ou outro elemento de interesse operacional” (Pinto, 1995, p. 473).

As escutas eram executadas também pelos Destacamentos de Ligação do SRT, que “elaboravam Boletins Periódicos de Escutas Rádio (PERBOLRAD), que consistiam na transcrição para papel das comunicações rádio” sendo posteriormente enviados para a 2ª Repartição do QG (Cardoso, 2015)¹⁷.

¹⁶ Tenente-General Vizela Cardoso.

¹⁷ Tenente-General Vizela Cardoso.



A semelhança da escuta das transmissões In, quem trabalha esta origem de notícias era exclusivamente o Comando da Região Militar.

(3) Estudo e interpretação/Processamento das notícias

Doutrinariamente, “consiste num conjunto de operações (registro, estudo e interpretação) pelas quais as notícias são transformadas em informações” (EME, 1954, p. 33), tendo sido aplicado na Guerra de África, na qual Pinto (1995, p. 473) refere que “aquilo que chamávamos notícias só depois de bem mastigadas é que passavam a ser informações”.

Verificamos que era feito o estudo das notícias, tendo em conta a determinação da sua verosimilhança, na qual era aplicada a técnica de “confirmação, que consistia em comparar elementos que já tínhamos com as declarações do pessoal capturado e das populações da zona, quando as havia, e ver se as coisas «batiam certo»” (Pinto, 1995, p. 474).

Segundo Cardoso¹⁸ (2015) “os militares tinham uma vantagem na análise da informação”, decorrente de disporem de acesso a muita informação e de várias origens, permitindo assim “cruzar os dados e autenticar a veracidade das mesmas”.

Assim sendo, verifica-se que, para se poderem processar notícias é necessário a existência de uma estrutura com recursos humanos dedicados às Informações, alimentada regularmente de notícias. Desta forma desde o Batalhão, e progressivamente até ao Comando-Chefe, esta capacidade existia e face ao incremento de recursos humanos dedicados às Informações, bem como ao aumento de órgãos de pesquisa e diversidade de meios, a capacidade de estudo e interpretação também aumenta proporcionalmente.

(4) Exploração das informações

Esta fase tem como objetivo “tirar o máximo rendimento das notícias pesquisadas e processadas nas fases anteriores” (EME, 1966, p. VII-1).

Para cumprir com esse objetivo é fundamental que todos os escalões de comando tenham acesso às informações trabalhadas e que partilhem uma visão comum, sendo fundamental a difusão das informações.

Na Guerra de África, a difusão das informações, era feita através de mensagens e documentos de informações (CECA, 1988, pp. 367-368):

¹⁸ Ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Aníbal Piçarra de Castro Cardoso, desempenhou funções em Angola de 1966 a 1971.



- “No escalão Companhia de Caçadores e equivalente, através de Sumários de Informações (INTSUM) ou Relatórios Imediatos (RELIM);
- No escalão Batalhão de Caçadores e equivalente, através de INTSUM ou RELIM, sempre que a urgência o exigia, mas sobretudo através dos Relatórios de Situação (SITREP);
- No escalão Setor, de forma idêntica ao procedimento seguido a nível Batalhão;
- No escalão Comando da Região Militar e mais tarde no Comando-Chefe, através dos SITREP diários, PERINTREP, Relatórios Suplementares de Informações (SUPINTREP), Relatórios Especiais de Informações e RELIM”.

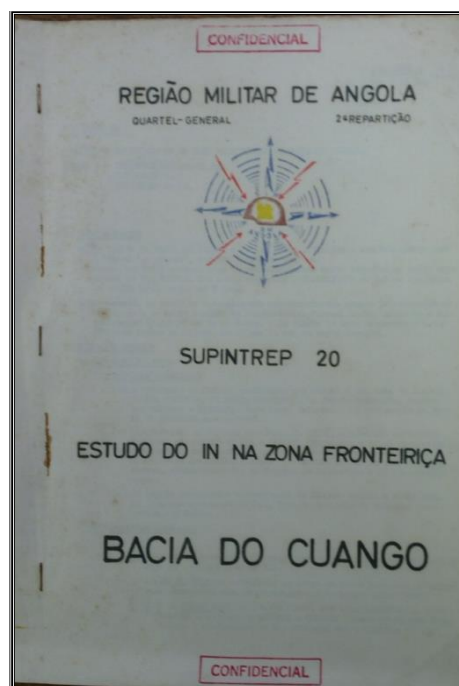


Figura nº 3 – Capa de SUPINTREP.
Fonte: (Pinto, 2015)

Em termos do fluxo descendente de difusão das informações, visava todos os escalões, e incluía os serviços de informações civis. O PERINTREP, era elaborado duas vezes por semana, e “era distribuído em mais de uma centena de exemplares e ia até o escalão Companhia” (Pinto, 1995, p. 474).

À medida que vamos subindo no escalão de comando, o processo de difusão de informações vai sofrendo alterações (de mensagem para documentos de informação), variando igualmente a frequência com que são elaborados (imediato, diário, duas vezes por semana), bem como o grau de detalhe.

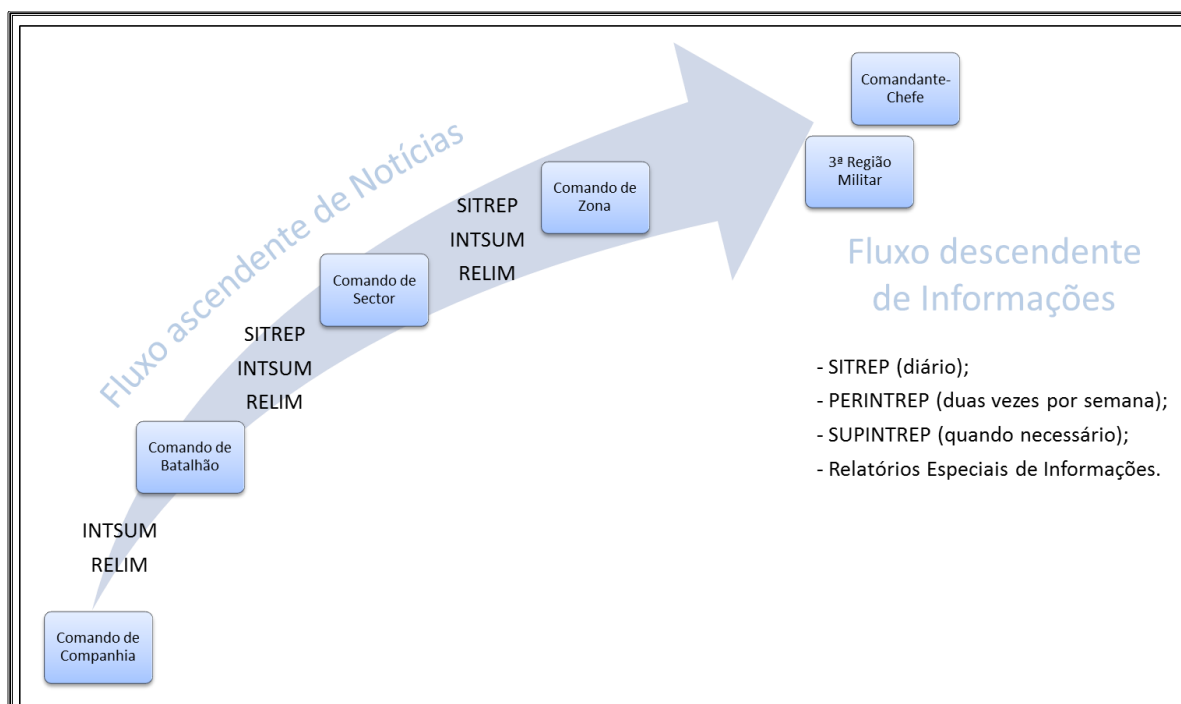


Figura nº 4 – Fluxo de Notícias e Informação militares no TO de Angola.

(Fonte: autores, 2015)

Poder-se-á então concluir que o CPI era efetuado a todos os escalões, desde o Batalhão até o QG do Comando-Chefe, de forma contínua e integrada, através da orientação do esforço de pesquisa para os escalões subordinados, empregando os órgãos de pesquisa à sua disposição, analisando a cada nível, de acordo com os recursos afetos às seções e repartições de informações, e através da difusão de informações.



3. Articulação entre as Informações Estratégicas e as Informações estritamente militares

a. Relação entre os diferentes órgãos de informação

A coordenação das Informações tática nos escalões mais baixos (Comandos de Setor, Governos de Distrito, Comandos de Batalhão e Administração Local) era assegurada através de contactos directos entre as entidades interessadas (militares, administradores, policias, agentes da Policia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS)) ou pela formação de comissões da contrassubversão.

Quanto à informação estratégica, as entidades que as tratavam eram a 2ª Divisão do Departamento Geral da Defesa Nacional (que centralizava e coordenava a atividade do Serviço de Informações Militar (SIM)), o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar (que centralizava e coordenava as informações realizadas pelos SCCIA, a Direção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (que centralizava e coordenava as informações obtidas por via diplomática e consular) e a PIDE/DGS (que centralizava e coordenava a informação que interessava à segurança interna e externa do estado). No entanto “o nó central da teia das informações estratégicas, a sua composição central, era, de facto, a PIDE/DGS, que assegurava a centralização das informações ao nível do governo, embora tal missão não lhe tivesse sido legalmente atribuída” (Mateus, 2011, p. 227).

Quanto aos órgãos de menor relevância, que podiam fornecer informações Estratégicas e Táticas de algum valor, o foco encontrava-se no serviço de informações do Comando-Chefe, da Marinha e Aeronáutica¹⁹ e no SRT (Braga, 2011).

Analisando a situação, denota-se uma quantidade significativa de órgãos na recolha, tratamento e disseminação de informações, nas quais as suas tarefas estavam por vezes repetidas, podendo dar origem a conflitos de controlo e protagonismo, devido a confusões ao nível das competências.

Centremo-nos nos dois órgãos preponderantes no manuseamento de informações estratégicas na sua forma de relacionamento.

¹⁹ No início das operações o Comando Marinha era também responsável pela Aeronáutica.



(1) SCCIA

Após o 15 de Março de 1961 (vaga de ataques coordenados a fazendas, postos administrativos e povoações no Norte de Angola), surgiu a ideia de criar um serviço capaz de coordenar as informações recolhidas pelas Forças Militares, pelas Polícias e Autoridades Administrativas. A 29 de junho de 1961 foram criados os SCCIA, bem como os mesmos serviços nas restantes províncias. Ficavam na dependência dos Governadores e destinavam-se a “reunir as informações que interessassem à política, à administração e à defesa” (Pinto, 2004, p. 477). No entanto este órgão embora mantendo a “dependência hierárquica e administrativa dos Governadores das Províncias, funcionavam em relação aos Comandantes-Chefes das Forças Armadas como serviços de informações dos Comandantes-Chefes” (Pinto, 2004, p. 477).

Desta forma criava-se um órgão centralizador, que coordenava todo o fluxo de informações desde a pesquisa, tratamento e disseminação, a todos os níveis, albergando a área civil, policial e militar, bem como o fluxo de informação interna e externa. Colmatava-se teoricamente a falta de organização e atribuição de tarefas de cada órgão, com informação a ser tratada em todas as variáveis operacionais.

Começa a operar em junho de 1962, tendo sido convidado o Major Salazar Braga para os chefiar, que declinou (Braga, 2015), acabando por ficar sobre a direção do Major Silva e Sousa. Em novembro de 1965 o Major Marques Pinto tomou posse do serviço em substituição do seu antecessor (Pinto, 2015), ficando os serviços instalados numa das alas do Palácio do Governador-Geral, sendo constituído apenas por civis, com exceção do Diretor e o Chefe do Gabinete Militar, que eram Oficiais do Exército. A pesquisa efetuada ao nível interno cingia-se ao setor da administração, através das Secções Distritais. Todas as notícias provinham das forças policiais, das autoridades administrativas, dos Comandantes militares, dos QG da Força Aérea²⁰ e da Marinha, da PIDE/DGS, do Ministério do Ultramar e das ligações com os serviços de informações da Rodésia e da África do Sul. A pesquisa ao nível externo tornou-se um verdadeiro quebra-cabeças, devido ao conflito com uma das áreas de responsabilidade da PIDE/DGS (Mateus, 2011, p. 393).

Desta forma, o papel principal do serviço era a análise e processamento das notícias para produzir informações, sendo transmitidas por INTSUM, semanais, mensais, anuais,

²⁰ A partir de 1965, com o reforço de meios aéreos é criada uma estrutura independente, passando a área da aeronáutica a ser controlada por um Estado-Maior da Força Aérea.



bem como estudos sobre aspetos étnicos e demográficos. Os PERINTREP eram distribuídos a entidades do Governo-Geral, Direções de Serviços e Governadores de Distritos. Os SCCIA estavam “melhor neste campo, pois tinham licenciados, habituados a trabalhar na análise, provenientes do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em comparação com a PIDE/DGS” (Pinto, 1995, p. 478). Na fase de análise e processamento, os SCCIA encontrava-se bem provido e capacitado, elaborando relatórios de qualidade e de extrema importância, enquanto a PIDE/DGS se evidenciava na pesquisa de notícias.

Os SCCIA tinham um representante em cada distrito, com um pequeno grupo que o auxiliava, e estavam normalmente no próprio palácio do governador do distrito. Na altura o adversário encontrava-se centrado a Norte (Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União das Populações de Angola (UPA)). No entanto começaram a atuar no Leste de Angola (União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e MPLA). Criou-se então uma estrutura dedicada à subversão, com um Conselho Executivo, três Grupos de Coordenação, Comissões Distritais, Comissões Locais e Grupos de Orientação e Fiscalização. Competia-lhes o estudo da situação nas suas zonas, a dinamização do reagrupamento das populações, que desta forma tinham acesso aos serviços essenciais (Pinto, 1995, p. 478). Com o aumento da intensidade de reabastecimentos e ações subversivas, aliados a uma utilização de rotas que cobriam uma vasta área de Angola, a solução de colocar um representante com o seu *staff*, por cada distrito, permitiu aos SCCIA um conhecimento de cada zona, que se centralizava na Sede em Luanda.

(2) PIDE/DGS

A PIDE/DGS fundada a 22 de outubro de 1945, era considerada um organismo judiciário autónomo entre 1945 e 1974, sendo o período mais relevante consignado ao início das ações subversivas em Angola, sendo reestruturada a 4 de Abril de 1961 com a criação de subdelegações e postos de fronteira e de vigilância em Angola e Moçambique (Pimentel, 2011, p. 39).

Apesar das várias reestruturações que foi sendo alvo, há a salientar a criação da 2ª Divisão de Informações da Direção dos Serviços de Informação, que tratava das informações externas e internas dos territórios ultramarinos (Pimentel, 2011, p. 310).

Em Angola, os seus métodos de recolha de informações baseavam-se na vigilância de suspeitos, violação de correspondência, escutas, buscas e revistas a pessoas, uso de



calúnias, aproveitamento de vulnerabilidades, provocações, rusgas, interrogatórios e no uso de uma rede de informadores no Congo, Quênia e Zâmbia.

As notícias no plano interno provinham dos relatórios das patrulhas militares, dos reconhecimentos aéreos, dos contatos com o In, do interrogatório do pessoal capturado civil e militar e de notícias transmitidas por informadores e agentes pagos. No plano externo, além das escutas rádio, as principais informações provinham da sua rede de informadores.

No processamento de documentos, a PIDE/DGS utilizava um conhecido sistema de avaliação de notícias (ainda utilizado pelas Forças Armadas), que considerava dois fatores: a credibilidade da fonte classificada por letras do alfabeto (sendo A o informador mais credível e terminando em F) e a verosimilhança da notícia (sendo 1 a notícia mais verosímil, porque confirmada por outras fontes e terminando em 6)²¹. Na disseminação de informações, os relatórios elaborados eram idênticos aos militares: Relatórios Extraordinários, Relatórios Imediatos, Relatórios Mensais, Relatórios de Situação e Relatórios de Interpretação de Documentos. Elaborava o Relatório Periódico de Informações quinzenal, que era um documento técnico de notícias e informações pesquisadas apenas pela PIDE/DGS destinado à Direção Geral e subdelegações na província (Mateus, 2011, p. 222).

Apesar de utilização do mesmo método na análise e processamento de notícias, a PIDE/DGS não garantia a mesma proficiência que os serviços de informações militares. Em contrapartida os métodos utilizados na pesquisa de notícias era eficiente, com uma rede de meios eficazes.

De salientar a criação dos Flechas em 1966 na tentativa de tornar mais eficazes as missões de reconhecimento no Leste de Angola. Esta iniciativa, com resultados práticos, inicialmente no Leste e mais tarde no Norte, reforça o processo de Africanização, abordado no capítulo seguinte, sendo fundamental para a recolha de informações num ambiente característico como o de Angola.

²¹ Como curiosidade os documentos apreendidos eram classificados de B2, as declarações prestadas por guerrilheiros que se entregavam com armas eram classificadas de F2 ou F3 e as notícias dadas pelas brigadas móveis ou militares eram classificadas de F6 (Mateus, 2011, p. 223).



b. Relacionamento entre os SCCIA e a PIDE/DGS

Para melhor compreensão dos relacionamentos entre os órgãos de informações, recolha e processamento bem como as entidades decisoras, foi elaborado o seguinte diagrama:

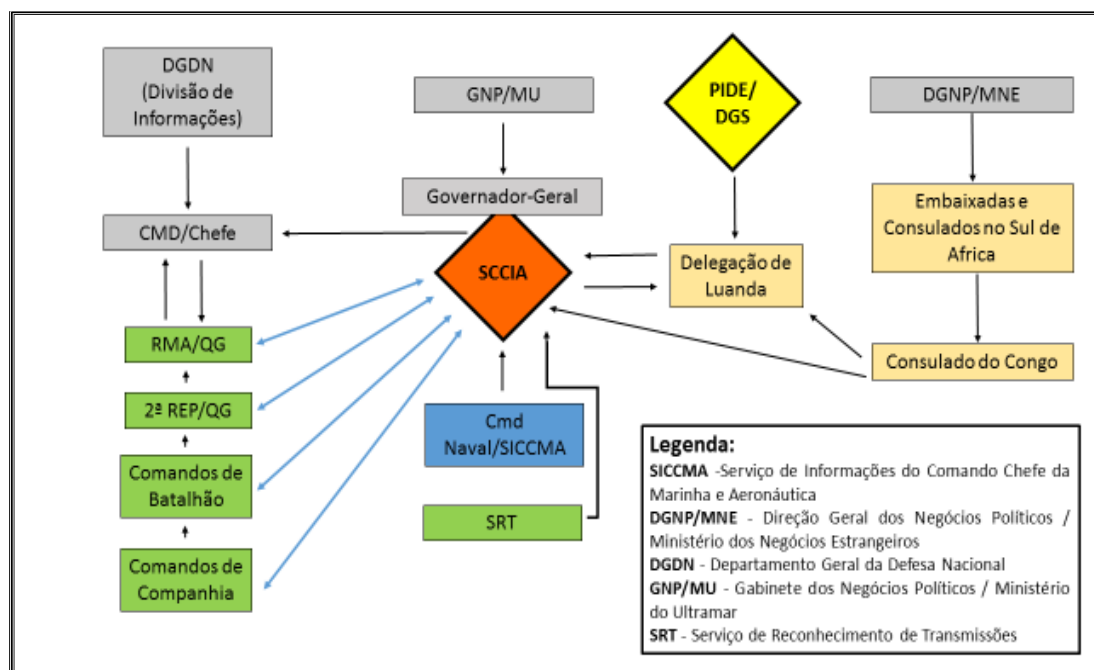


Figura nº 5 – Relação dos órgãos de informações em Angola de 1961 a 1974

Fonte: (autores, 2015)

A 29 de junho de 1961 quando foram criados os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) (nível nacional e ultramarino, com sede em Lisboa), foi proferido um despacho pelo Ministro da Defesa em que na sua estrutura definida a PIDE/DGS, não era tida em consideração. Na opinião de Cardoso²² “a exclusão da PIDE/DGS neste despacho foi o golpe fatal na estruturação dos SCCI e deu início a uma campanha informal e encoberta contra os SCCI em Angola, Moçambique e até Guiné” (Cardoso, 2004, p. 122).

As informações eram pesquisadas fora das fronteiras pela PIDE/DGS, que tinha a sua rede de informadores já estabelecida. Durante algum tempo os SCCIA também desenvolveram a sua rede de informadores, verificando-se uma sobreposição dos meios de pesquisa entre a PIDE/DGS e os SCCIA. A rivalidade era bem visível quando o Major Marques Pinto assumiu a chefia dos SCCIA: “Não era só uma questão de animosidade entre serviços, era também uma questão de interpretação da lei. O homem da PIDE/DGS

²² General Pedro Cardoso.



dizia: eu sou o responsável pela segurança externa e interna. Ao mesmo tempo a lei dos SCCIA era um pouco ambígua em relação a isso porque também era responsável pela defesa (e a segurança era uma parte da defesa)” (Pinto, 1995, p. 477). Perante este clima conflituoso, a PIDE/DGS não disponibilizava as informações de que dispunha aos SCCIA pois ambos trabalhavam para o Governador-Geral e para o Comandante-Chefe, tomando conhecimento das informações por estes intervenientes, quando essa era a sua função. A título de exemplo, numa reunião conjunta, foi comunicado que um agente dos SCCIA tinha sido preso pela PIDE/DGS quando entrava em Angola, vindo de um país vizinho (Pinto, 2015). Após várias diligências e reuniões em 1965, o Ministro do Ultramar determinou aos SCCIA que não fizessem pesquisa exterior, ficando esta a cargo da PIDE/DGS e das unidades do Exército colocadas nas zonas de fronteira (Pinto, 2004, p. 478).

Desta forma em Angola, ao contrário do sucedido nas outras províncias, as



Figura nº 6 – Major Marques Pinto, 1963, chefe da 2ª Repartição do QG e do SCCIA.
Fonte: (Pinto, 2015)

divergências foram sanadas, ficando a PIDE/DGS com a pesquisa de notícias, em que na realidade era proficiente, enquanto os SCCIA efetuava a análise, processamento e disseminação, área para a qual tinha os meios humanos capacitados.

A coordenação entre os dois principais órgãos de Informações em Angola, apesar de ser por vezes frágil e com várias divergências, traduziu-se num excelente apoio para as unidades no terreno, em que a informação chegava “confirmada e credível”, devido a uma centralização das notícias nos SCCIA e a disseminação atempada das informações, com a



redundância fornecidas pela PIDE/DGS. Salienta-se que os escalões inferiores estavam autorizados a efetuar contatos diretos com as seções do SCCIA. Os SCCIA também poderiam contatar diretamente os baixos escalões com informação pertinente conforme a Figura nº 5. Esta flexibilização permitia um conhecimento oportuno das subunidades, garantindo uma atempada reação.



4. A Africanização e as Informações

a. Conceito e organização territorial da Africanização

A Africanização, ou mobilização de efetivos locais, que como referiu o Coronel Matos Gomes, no seminário sobre a Guerra Colonial²³, era hábito comum dos países europeus com colónias. A Africanização da guerra por parte das Forças Armadas nas principais colónias, à semelhança de outras grandes potências coloniais, regia-se pelos princípios da economia e da adaptabilidade das tropas recrutadas localmente em razão dos seus interesses políticos e militares.

A Africanização da guerra proporcionou unidades mais baratas e mais eficazes. Procurou-se a implementação no terreno das tropas locais, com intuito de identificação da ameaça, bem como dificultar ou degradar a capacidade de sustentação dos movimentos de libertação. Para tal foram proporcionadas melhores condições de vida aos locais, como forma de aumentar os efetivos e potencializar o instrumento militar com a adaptabilidade ao meio ambiente e a capacidade de combate de guerrilha. No caso particular de Angola o objetivo era fundamentalmente aumentar a capacidade operacional das Forças Armadas de forma a criar condições políticas e militares para aliciar a UNITA e Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), movimentos com maior impacto no conflito.

No início da guerra, o Exército Português dispunha na província ultramarina de Angola, unidades locais de estrutura semelhante às das unidades da metrópole. A componente armada existente na província, provia-se de efetivos originados de contingentes expedicionários enviados de Lisboa, designados por tropas de primeira linha. Para além destas existiam ainda tropas de segunda linha, fruto do recrutamento local, onde as milícias, refugiados estrangeiros e antigos guerrilheiros se enquadravam.

“Num ambiente de guerrilhas como em Angola, a Africanização das tropas e daqueles que colaboravam com os “brancos” era essencial para a pesquisa de informações e não só. Durante a guerra houve até a iniciativa de instruir os soldados de segunda linha, para contribuírem para a recolha e até interpretação das notícias recolhidas quer no terreno, quer no seio das populações” (Cardoso, 2015)²⁴.

A Africanização da guerra atingiria proporções únicas em conflitos ultramarinos semelhantes (Tabela 1). “Único na história militar das potências Europeias em guerras coloniais, em que europeus comandaram unidades em combate onde todos os efetivos

²³ Seminário “Guerra Colonial seus segredos”, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

²⁴ Entrevista em Anexo C –Ex-Subinspetor Óscar Cardoso.



eram africanos, em ações de perigo e em situações extremas de isolamento” (Gomes, 2012, p. 2).

Tabela nº 1 – Relação de Efetivos Metropolitanos e de Recrutamento Local
Fonte: (Gomes, 2012, p. 2)

ANGOLA	
Exército (Metrópole) + Exército (Recrutamento Local) + Grupos Especiais (GE) + Tropas Especiais (TE) + Fiéis + Leais + Flechas	75600
Tropas Locais	37900
Recrutamento Local ²⁵	57%
Guerrilheiros	11000

As “Forças Especiais Africanas”, considerando-as como sendo de capital importância para o sucesso das operações em Angola, eram orgânicas das Forças Armadas Portuguesas ou de outras organizações que não as Forças Armadas. No fim do conflito em Angola, as unidades especiais iriam representar mais de 25% dos efetivos recrutados localmente.

As Forças Armadas Portuguesas, para além destas tropas especiais africanas dispunham no Exército, de unidades de Comandos, que recebiam instrução localmente, com uma elevada percentagem de elementos recrutados no território, onde se incluíam também Oficiais e Sargentos.

Nas forças especiais, ou de ações especiais²⁶ recrutadas localmente destacam-se os Flechas, não por terem sido os “pioneiros” no teatro, mas porque na génese da sua formação (para além do seu processo de formação e treino), ser a pesquisa de informações. Criados pela PIDE/DGS, como força não convencional dotada de uma extraordinária capacidade de sobrevivência e conhecimento profundo do terreno, destinavam-se a executar ações prolongadas de combate de guerrilha. Apesar da sua dependência da PIDE/DGS, trabalharam sempre em prol das Forças Armadas, considerados distintos guerrilheiros, que no final da guerra viriam a ultrapassar os 2.500 homens. Se em 1966 o objetivo primário era servirem como guias e pisteiros dos agentes da PIDE/DGS, passaram rapidamente a cumprir missões como forças de assalto ou anti-guerrilha em ações

²⁵ Inclui efetivos das Forças Armadas recrutados localmente e forças auxiliares locais.

²⁶ No período em análise era utilizada a designação de ações especiais, atualmente designadas por operações especiais, definidas como ações executadas por forças militares ou paramilitares, devidamente treinadas e equipadas, em operações não convencionais geralmente de elevado risco. Estas ações podem ser independentes, integradas, em coordenação com forças convencionais ou em complemento de outras agências de informações (EME, 2014, p. 16).



especiais. “Enquanto estivemos em Angola, tivemos diversas fontes de informações, informadores locais e dos países limítrofes, mas o elemento chave foi sem dúvidas termos tido ao nosso lado os Bosquímanos, os Flechas “ (Cardoso, 2015)²⁷.

Tabela nº 2 – Unidades de recrutamento local
Fonte: (Gomes, 2012, p. 2)

ANGOLA	
Regimento de Infantaria 20 Luanda	
Regimento de Infantaria 21 Nova Lisboa/Huambo	
Regimento de Infantaria 22 Sá da Bandeira/Lubango	
Escola da Aplicação Militar de Angola – Nova Lisboa/Huambo	
Batalhão de Caçadores 11 – Cabinda	
Batalhão de Caçadores 12 – Carmona/Uíge	
Batalhão de Caçadores 13 – Salazar/Dalatando	
Grupo de Artilharia de Campanha 1 – Luanda	
Grupo de Artilharia de Campanha 2 – Nova Lisboa/Huambo	
Grupo de Cavalaria nº1 (Dragões) – Sila Porto/Kuito	
2 Esquadrões a cavalo	
3 Esquadrões de blindados (Reconhecimento)	
Efetivos Locais: 27900 – 42% dos efetivos do Exército	
Tropas auxiliares	
GE.....	3000
TE.....	1200
Fiéis.....	2600
Flechas.....	2500
Leais.....	800
	10000

As outras forças como os GE, TE, os Fiéis e os Leais, desenvolveram ações de combate de guerrilha, um pouco por toda a província à semelhança dos Flechas no Norte, mas menos orientados para o reconhecimento e vigilância, pois não era esse o seu treino.

b. Africanização como “sensor” apropriado do conflito

De acordo com o referido anteriormente, sobre as capacidades exímias na recolha de informações por parte das tropas recrutadas localmente, analisaremos agora um conjunto de ações desenvolvidas e efeitos alcançados por estas forças em operações táticas.

De acordo com a doutrina atual, a função de combate Informações, evidencia os conceitos relacionados com as atividades, princípios e capacidades das operações de

²⁷ Ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Cardoso.



Reconhecimento e Vigilância. Como atividades principais, temos as Informações, operações de vigilância, aquisição de objetivos e operações de reconhecimento.

Em Angola, e na maioria das províncias da época, a modalidade de pesquisa de informações usada pelas tropas locais, com maior sucesso, foi sem dúvida a informação proveniente da *Human Intelligence* (HUMINT), possibilitando o contacto direto com as populações e respetivos líderes, com os guerrilheiros e atores externos às províncias.

Vigiar ou executar operações de vigilância, “observação sistemática do espaço aéreo, superfície terrestre ou marítima, lugares, pessoas ou coisas, recorrendo a meios visuais, acústicos, eletrónicos, fotográficos ou outros” (AAP-6, 2012, p. 47), foi ao longo do conflito, uma tarefa frequentemente atribuída às forças de recrutamento local, mais especificamente às unidades *especiais* africanas, que de forma ativa as executavam sobre áreas de pequenas dimensões das próprias subdelegações, onde atividades In estariam a decorrer ou fosse expectável que viessem ali a decorrer.

Associada às atividades anteriores, surge a aquisição de objetivos, como sendo a “deteção, identificação e *localização* de um objetivo, de forma suficientemente detalhada, que permita o emprego efetivo de armamento; Providência dados que permitem atacar os objetivos com armas de tiro direto ou indireto ou com meios não-letais” (AAP-6, 2012, p. 198), e que no período em análise “Começamos a ter resultados com isso, tanto assim que, normalmente, nós é que dizíamos onde é que havia um objetivo. Dizíamos como é que era o dispositivo do acampamento, onde é que era a casa do chefe, quantos eram, os hábitos deles, nós é que dávamos às operações aos militares” (Pinto, 1995, p. 405), fica evidenciado a simbiose perfeita entre as técnicas militares adquiridas e as capacidades intrínsecas dos guerrilheiros locais.

Por fim, as operações de reconhecimento, missões empreendidas “para obter notícias, por métodos visuais ou outros métodos de deteção, acerca das atividades e recursos de um In real ou potencial, ou para obter dados relativos às características meteorológicas, hidrográficas ou geográficas de uma determinada área” (AAP-6, 2012, p. 384). Estas operações foram a base do sucesso das unidades especiais africanas, aquando do seu empenhamento como pisteiros da PIDE/DGS e guias para as unidades militares no terreno. “Eram pisteiros extraordinários, olhavam para o terreno e sabiam ler tudo; se tinha sido uma mulher grávida que tinha passado, se tinha sido um preto, se ia carregado ou não. Nós aproveitamos essa capacidade singular deles” (Pinto, 1995, p. 404). Estas operações foram as primeiras especialmente vocacionadas para as Informações e dariam origem, após



formação especializada e própria experiência adquirida, às outras atividades anteriormente abordadas.

Consideramos relevante analisar os quatro pilares fundamentais para o sucesso das atividades relacionadas com o Reconhecimento e Vigilância: resposta rápida, a cobertura contínua, a robustez e a flexibilidade.

A resposta rápida e eficiente aos pedidos do Comandante ou de outros órgãos no TO, quer fossem para pesquisa de uma notícia, quer para a sua simples confirmação, era fundamental para o planeamento e condução das operações. Conhecedores do terreno e indivíduos habituados a deslocarem-se com rapidez no meio do capim, na maioria dos casos conseguiam responder em tempo apropriado, permitindo às unidades alcançar as ações ou efeitos desejados. Para além da produção de informações em tempo oportuno, tinham competência suficiente para realizar ações contra objetivos específicos, no caso de uma ameaça iminente às forças no terreno. Da entrevista com o ex-Subinspetor Óscar Aníbal Cardoso, fica bem patente a necessidade em garantir essa capacidade: “Esse era o processo normal, mas se houvesse necessidade de reagir imediatamente, passávamos a informação logo aos militares no terreno. Se fosse necessário atuávamos nós, para não perder a oportunidade e porque sabemos que a “máquina” militar por vezes demora na execução das ações” (Cardoso, 2015).

A cobertura contínua das informações, muitas delas relacionadas com as atividades da ameaça, exigia às tropas locais, uma permanência física constante nas áreas designadas de interesse para os Comandantes, quaisquer fossem as condições meteorológicas. “Tínhamos sobretudo uma grande vantagem: não era necessário apoio logístico. Esses indivíduos, habituados desde crianças a esgravatar, a viver do nada, tinham uma capacidade nata para se alimentarem, para descobrirem água” (Pinto, 1995, p. 406). Nos dias de hoje, associar-mos-ia essa capacidade de sobrevivência a algo só possível de adquirir através da formação e treino específico.

Associado à capacidade de sobrevivência e de mobilidade, surge o conceito de robustez. Embora não existindo extensa panóplia tecnológica para a pesquisa da informação, existia o “meio” humano, que pela sua prospeção na província e fusão com o ambiente operacional, garantiam robustez no sistema de informações. “Havia determinadas operações em que só iam os Flechas, nomeadamente os Bosquímanos, porque eram operações de quinze dias em que se faziam reconhecimentos, nomadizações” (Pinto, 1995, p. 407).



Por fim, mas não menos relevante, o princípio da flexibilidade da força em função da missão atribuída. Embora não tendo taxativamente uma composição dita “modular”, as tropas locais e especificamente as unidades especiais africanas, organizavam-se de acordo com as ações a desenvolver, podendo ser de forma independente, ou integradas com forças convencionais, Companhias ou Batalhões existentes nos distritos. “Fiz várias operações com os Flechas e muitas operações dos Flechas eram feitas com europeus”, “houve uma operação conjunta de militares, de polícias, de Flechas, de toda a gente” (Pinto, 1995, p. 411).

Quando se iniciou a guerra em África, a Africanização era um processo estratégico e físico há já algum tempo usado nas províncias, de forma a alcançar os mais variados objetivos políticos e militares. No caso específico de Angola, procurou-se contrabalançar as crescentes dificuldades financeiras em alimentar o instrumento militar no Ultramar, bem como diminuir o impacto político provocado pelas mortes em combate, por parte da opinião pública na metrópole.

As tropas de recrutamento local, bem como as unidades especiais, para além de financeiramente serem mais sustentáveis, adaptavam-se melhor ao meio ambiente, do que o soldado europeu, para além de se inserem melhor nas comunidades e estruturas locais e possibilitarem uma mais proveitosa pesquisa e confirmação das informações. Numa época em que os meios de reconhecimento e vigilância do campo de batalha eram escassos e poucos precisos, o profundo conhecimento da savana, da floresta e das técnicas do combate de guerrilha das forças africanas, foi decisivo para alcançar os objetivos militares. Deste aumento de eficiência na recolha da informação, resultou um maior número de operações e um maior grau de sucesso, a redução das ações subversivas por parte dos movimentos de libertação em Angola e sobretudo uma redução significativa dos números de mortos associados à Guerra.



Conclusões

No período da Guerra de África, doze anos após a entrada do nosso país na OTAN, sentiu-se a necessidade de ajustar a doutrina à realidade e à experiência adquirida naqueles TO. Nas Informações essas modificações foram vertidas no Regulamento de Campanha Informações e nos Manuais no Exército na Guerra Subversiva. As alterações mais significativas decorreram na adaptação e implementação da doutrina de Informações existente para a realidade da guerra subversiva, materializada pela normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações, e em paralelo, da alteração de procedimentos de interrogatório de pessoal In capturado, criando condições a sua utilização como guias, intérpretes e em tropas especiais, africanizando as nossas tropas.

A estrutura de Informações militares estava presente a todos em todos os escalões, podendo diferenciar-se em termos de funções e capacidades, nomeadamente nos escalões inferiores, intermédios e superiores.

Ao nível dos escalões inferiores, constituídos pelos Batalhões e Companhias, que atuavam fundamentalmente como órgãos de pesquisa, obtendo notícias fruto da sua atividade operacional, através de processos HUMINT, contacto com a população, contacto e reconhecimento de atividades In, e captura e interrogatório de pessoal In. A difusão de informações era baseada em RELIM e SITREP.

No que respeita a unidades de reconhecimento no TO de Angola, nomeadamente os Pelotões de Reconhecimento orgânicos das Batalhões e três Esquadrões de Reconhecimento do Grupo de Reconhecimento, estas unidades não desempenhavam missões especificamente ligadas às Informações, contribuindo para o sistema de informações militar de igual forma que os seus escalões congéneres.

Ao nível dos escalões intermédios, constituídos pelos Comandos das Zonas e Setores, face a possuírem uma grande diversidade de meios (de manobra, apoio de combate, apoio de serviço e aéreos), necessitavam e coordenavam a pesquisa de uma maior quantidade de informações, como tal, o seu órgão de Informações encontrava-se reforçado.

Estes escalões, face a possuírem áreas de responsabilidade de menor dimensão que os escalões superiores, conseguiam elaborar pontualmente Planos de Pesquisa, orientando o esforço de pesquisa de uma forma prática.

Este patamar, em virtude de dispor de meios aéreos, conseguia efetuar RVIS, complementando a capacidade HUMINT existente nos escalões subordinados.



Ao nível dos escalões superiores, constituídos pelo Comando-Chefe e Comando da Região Militar, estes eram responsáveis pelas informações ao nível operacional²⁸ da guerra, possuíam ligação com as diversas entidades de Informações presentes no TO de Angola, e recebiam e enviavam informações para a Metrópole onde eram trabalhadas as informações estratégicas.

Neste patamar, a estrutura de Informações era robusta e eram trabalhadas as capacidades *Imagery Intelligence* (IMINT), através da Força Aérea, e *Signals Intelligence* (SIGINT) através do Destacamento de Ligação do SRT.

Nos primeiros dois terços da Guerra de África, as informações ao nível operacional da guerra eram trabalhadas pelo Comando da Região Militar, sendo que no terço final passaram a ser trabalhadas pelo Comando-Chefe.

Este facto proporcionou uma melhoria na condução das operações, como consequência da migração da 2ª Repartição da Região Militar para o Comando-Chefe, permitindo a esta entidade, que tinha a responsabilidade de planear e conduzir a guerra, dispor de um órgão de Informações robusto, bem como acionar toda a tipologia de órgãos de pesquisa militares disponíveis no TO de Angola, dispondo assim das informações necessárias à condução das Operações.

Nestes escalões mais elevados, a orientação do esforço de pesquisa era efetuada através de ordens de pesquisa, e a difusão de informações é feita através de SITREP diários e PERINTREP, normalmente, duas vezes por semana.

Numa Angola em “guerra subversiva” o mais complicado era definir as possibilidades do In, pois tinha de se encarar meios diferentes, objetivos não coincidentes, táticas diversas e influências decisivas nos fatores psicológicos, humanos e personalidade dos chefes tribais ou movimentos. O foco das Informações centrava-se na intenção do In e seus apoiantes internos e externo, bem como nas suas possibilidades. Apesar do apoio, de países externos, à UNITA, MPLA e UPA, a recolha da informação e utilização dos meios de pesquisa por parte da PIDE/DGS (externos) e das unidades militares (internos), garantiu às forças militares e SCCIA, uma superioridade informacional e conhecimento dos movimentos, rotas, ações e armamento das forças In ao nível estratégico e tático, pese embora tenham existido “lutas” entre as diferentes estruturas de Informações.

²⁸ Doutrinariamente apenas existiam, à data, o nível Tático e Estratégico.



Para tal era empregue o CPI, no qual o Comandante-Chefe orientava o esforço de pesquisa do SIM, através das unidades de baixos escalões eram recolhidas notícias fundamentalmente destinadas às informações táticas, e através da SCCIA, PIDE/DGS, embaixadas e consulados, eram recolhidas notícias com relevância ao nível das informações estratégicas.

No que respeita ao processamento de informações, era efetuado pelo SIM desde o escalão Batalhão ao Comando-Chefe, e por toda a estrutura dos SCCIA, não tendo a PIDE/DGS tanta capacidade de processamento com as anteriores estruturas.

Relativamente à disseminação das informações, a mesma era realizada verticalmente dentro de cada estrutura (SIM, SCCIA e PIDE/DGS), e horizontalmente entre elas, através da partilha de informações entre as diferentes estruturas nos diversos patamares ao seu nível, através de mensagens, relatórios e reuniões.

Em termos de Africanização, face à relativa inoperância das Forças Armadas, muito devido às características do ambiente físico e às especificidades da guerra, iniciou-se uma reforma do conceito de Africanização, assente no seu reforço. O recrutamento local e formação especializada das tropas, surge como necessidade absoluta na resolução do conflito, em que o combate de guerrilha, a obtenção de informação e o uso da contrainformação seriam capacidades decisivas para o sucesso.

As tropas de recrutamento local eram de facto mais rentáveis em termos financeiros para as operações no teatro, sendo que numa época em que os meios de reconhecimento e vigilância do campo de batalha eram escassos e poucos precisos, o profundo conhecimento do terreno e adaptação à savana e floresta, bem como a facilidade com que essas tropas se inseriam nas comunidades locais, permitiu incrementar a qualidade das informações muito acima do que se registava à época.

Este facto teve um impacto decisivo nas operações, facilitando o alcançar dos objetivos militares no TO de Angola. Muito desse êxito derivou de uma recolha oportuna das informações e consistência das mesmas.

O elevado valor tático e estratégico, que estas tropas representaram, conduziu a um incremento desta tipologia de forças, bem como a implementação noutras províncias ultramarinas.



Todos os factos apresentados, levaram-nos a concluir que as Informações assumiram uma importância fundamental no planeamento e condução da Guerra em Angola, tendo em consideração, que sendo uma guerra contrassubversiva, a população se constituiu como centro de gravidade e as informações assumiram ainda uma maior relevância.

Durante este trabalho deparamo-nos com algumas limitações, sendo desde logo uma delas, a reduzida dimensão do mesmo, face à riqueza do conteúdo dos testemunhos recolhidos e à profundidade necessária a dar a um trabalho que pretendeu analisar um período de 13 anos, aos vários níveis (tático e estratégico), em que existiram diversas estruturas de informações (militares e civis), não possibilitando explicar com maior detalhe todo o sistema de informações. Para além das limitações já referidas, por vezes os relatos colhidos não eram totalmente coerentes com os documentos consultados.

Este trabalho poderá futuramente ser complementado pela análise das tarefas de apoio à compreensão da situação, apoio ao processo de *targeting* e às atividades de informação e influência, e de que forma estes poderiam ser relacionados à luz da doutrina do período em análise.



Bibliografia

- AAP-6, 2012. *NATO Glossary of terms and definitions*. EDITION 2012 Version 2 ed. USA: s.n.
- Braga, J. S., 2011. Da Logística às Informações. *Revista Militar* Nº 2515/2516.
- Braga, S., 2015. *Entrevista*, (31 Jan 2015).
- Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Cardoso, O., 2015. *Entrevista* (21 Fev 2015).
- Cardoso, P., 2004. *As Informações em Portugal*. 1ª Edição ed. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, V., 2015. *Entrevista* (05 Mai 2015).
- CECA, 1988. *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1954. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1966. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 2009. *PDE - 2.00 - Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- EME, 2012. *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- EME, 2014. *PDE - 3.67.00 - Operações Especiais*. Lisboa: Exército Português.
- Exército, M. d., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Estado-Maior do Exército - 3ª Repartição.
- Gomes, C. d. M., 2012. *Seminário "Guerra colonial seus segredos"*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, s.n.
- Mateus, D. C., 2011. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. 2ª ed. Lisboa: Terramar.
- Pimentel, I. F., 2011. *A história da PIDE*. 1ª ed. Maia: Circulo de Leitores.
- Pinto, M., 1995. Marques Pinto, As Informações. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.:Círculo de Leitores.
- Pinto, M., 1995. Marques Pinto, As Informações. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.:Círculo de Leitores.
- Pinto, M., 2015. *Entrevista*, (05 Fev 2015).
- Pinto, R. F. M., 2004. In: *Informações e Segurança, estudos em honra do general Pedro Cardoso*. s.l.:Prefácio Edição.



Anexo A - Entrevista ao Exmo. General Salazar Braga

Entrevistado: General Jorge Salazar Braga

Data da entrevista: 31JAN15

Meio de Entrevista: Oral

Síntese biográfica (no contexto da Guerra de África):

Nos começos de 1961, o Capitão Jorge da Costa Salazar Braga, prestes a completar 36 anos, depois de ter tomado parte em quase todas as Manobras e Exercícios Regionais, tendo terminado a sua deslocação no Comando da 3.^a Divisão como Chefe da 4.^a Repartição (Logística) foi colocado no Porto, pois era a sua guarnição de preferência. Todo este passado operacional melhorou muito a sua formação para funções de Estado-Maior. Sendo o curso da Escola do Exército a sua Licenciatura, o Curso de Estado-Maior o seu Mestrado, a sua estadia no Comando da 3.^a Divisão correspondeu ao Doutoramento, pelo muito aprendido em Exercícios em Portugal e na Alemanha Federal. Pouco lera e nada aprendera sobre outros tipos de guerra.

Quando “rebentou” a guerra no Ultramar foi mobilizado para o Teatro de Angola a 14 de maio de 1961, já promovido ao posto de Major, do qual devido à falta de pessoal na área da Logística foi colocado como Chefe da 4.^a Repartição do QG da então 3.^a Região Militar. Essa colocação foi devido ao General Freire que já o conhecia do curso de Estado-Maior. Em novembro de 1961 com a rendição de alguns elementos que haviam chegado a Angola, o Major Mota de Oliveira foi chefiar a 3.^a Repartição e ao Major Monteiro de Figueiredo foi atribuída a 4.^a Repartição. O General Freire decidiu para espanto do entrevistado nomeá-lo para chefiar a 2.^a Repartição (Informações) em vez do Major Moreira que terminou a sua comissão.

Entrevista:

1. Quando a Guerra em África teve início em 1961 em Angola, a doutrina que regia a atividade do SIM era o Regulamento de Campanha Informações, publicado em 1954. Quando assumiu funções no serviço de informações, quais as principais lacunas que, face à guerra em que Portugal estava envolvido, verificou no Regulamento de Campanha?

Tirei o curso de Estado-Maior de 1952 a 1956 do qual já tinha saído um Regulamento de Informações de acordo com a doutrina OTAN com a respetiva



terminologia, que estava bastante bom, para fazer frente ao que se aprendia no Campo Militar Santa Margarida (CMSM) começando já a enquadrar a parte das informações. Depois vieram os Oficiais que tiraram cursos em Inglaterra e Alemanha, por exemplo o Tenente Rodrigues, no qual adaptaram todas as publicações à terminologia OTAN e respetivos procedimentos, tendo sido feito um excelente trabalho. Com estes acréscimos já se começava a poder trabalhar em condições a área das Informações. Deste acumular de conhecimento nasce o Regulamento de Campanha de Informações publicado em 1959.

No entanto rebenta a guerra no Ultramar e eu sou mobilizado para a Repartição de Logística, do qual passado alguns meses sou nomeado para a Repartição de Informações

A parte das Informações era de uma ignorância total, com pessoal a comunicar de qualquer maneira sem ser avaliada e processada a informação. Tentei inicialmente democratizar a linguagem para qualquer pessoa, ajustando e colocando todos a trabalhar dentro da mesma doutrina. Mas a parte realmente importante era a avaliação e recolha dos elementos missão, In, terreno, população e meios. No Ultramar a informação sobre o terreno não era suficiente, devendo também se dar mais atenção e importância à população e aos meios. A minha ideia foi centrar a minha atenção na população. Comecei então por analisar o que é que se devia fazer para recolher notícias por indivíduos de pouca cultura. As propostas que elaborava, mostrava e discutia com os rapazes milicianos no Ultramar, para ver se percebiam a intenção, do qual corrigia conforme a validade das opiniões. Por cada capítulo e assunto coloquei uma descrição pormenorizada do que se pretendia.

As lacunas estavam ao nível da complexidade dos relatórios e pedidos, podendo-se tornar confuso. Não abordava a parte psicológica que devia ser essencial, visto todo o mundo estar contra nós. Os respetivos documentos nestes parâmetros tinham de ser ajustados para a guerra subversiva. A ajuda dos militares que foram frequentar o curso a Argélia foi importante na elaboração do manual de guerra subversiva, do qual se retiraram ensinamentos para a parte das Informações.

2. Que tipo de informações ao nível estratégico e tático tinha disponível (e falamos neste, uma vez que em termos doutrinários OTAN só eram contemplado o nível Estratégico e Tático)? Que meios e procedimentos eram adotados para ajudar no planeamento e apoio ao escalão superior e inferior? Como eram as relações e a partilha de conhecimentos entre os SCCIA, o SIM e a PIDE/DGS?



A Repartição encontrava-se mal organizada. O Major Moreira era um bom rapaz, inclusive frequentámos ambos o curso de Estado-Maior, mas tinha a repartição toda desorganizada. Na altura o Comandante General Monteiro Libório era boa pessoa e cobria qualquer militar sobre a sua alçada, mas quem na realidade fazia andar todo o Estado-Maior era, na área das Operações, o Tenente-Coronel Franco Pinheiro e nas Informações o Major Moreira. Ambos davam-se muito bem e tudo era conduzido por eles, não existindo no entanto qualquer organização, mas onde se tomaram decisões importantíssimas. O CEM do QG só estava interessado em informações classificadas vindas de cima. O 2º Comandante só pensava em quando voltaria para Portugal. Portanto o Major e o Tenente-Coronel é que mandavam em tudo.

O que o Major tinha feito de bom é que tinha recolhido todas as publicações sobre Angola e costumes, do qual tinha lido e catalogado. As cartas do Clube Automóvel de Angola e as anotações de antigos exploradores e caminhantes (que conheciam bem os caminhos) foram de extrema importância, apesar de estarem medidos em passos e não em metros. Tinha conseguido recolher muita coisa dos arquivos histórico militares de Angola, pois nós não sabíamos nada sobre os costumes e hábitos da população. Podia-se dizer que conhecia muito bem o ambiente.

A PIDE/DGS era fundamental, pois conhecia muita coisa, mas depois não sabia interpretar. Era muito útil na recolha de notícias, pois era composta por polícias. Quanto a contrainformação normalmente mandavam informações políticas das quais nós não tomávamos em consideração, como por exemplo, o de um rapaz do partido socialista, poeta, do qual diziam que ele era um desertor e a PIDE/DGS queria que ele fosse preso. Não acatámos a ordem e acabou por cumprir o serviço no TO e nunca foi preso. A PIDE/DGS essencialmente dava notícias não dava informações. Mas pelo que sei, mais tarde veio a transformar-se, melhorando ao nível do processamento. Foi de pouca valia a nível estratégico na área das Informações para a nossa Repartição.

Os SCCIA foram criados quando já me estava a vir embora, sendo que fui convidado a dirigir o serviço de informações. No entanto quando era aluno disse que queria ser tropa e nunca mais deixei de o ser. Quem a chefiou foi o meu camarada Renato Marques Pinto, que mais tarde aceitou o desafio. Em Angola os SCCIA foram-se sobrepondo aos outros serviços de informações, daí ter sido tratada de maneira diferente a informação em Angola comparada com Moçambique ou Guiné.



3. Ao optar por efetuar uma mudança na 2ª Repartição no implementar das NEP/SIM/RMA, em que medida alterou a recolha, tratamento e disseminação das informações? O segredo estava nos relatórios (PERINTREP, SUPINTREP)? O estágio na Argélia e os Manuais de Subversão Americana ajudaram na nova abordagem da 2ª repartição?

O segredo foi que começou a haver formação na elaboração de relatórios e procedimentos a efetuar. Quando chegou o General Freire, o qual se não tivesse falecido em Angola, a situação tinha progredido de maneira completamente diferente. Os relatórios que saíam para Lisboa, tinham um grave problema pois ninguém percebia nada daquilo. Quando o nosso General me colocou na 2ª Repartição, fui ter com ele e disse “Meu General estão aqui as possibilidades do In que temos”. Ele leu e disse que era bom para colocar no relatório de posse de comando, sendo que alertei que os dados eram de 1960. Comecei então a implementar e a normalizar os relatórios, desde o SITREP ao SUPINTREP. Estes procedimentos vinham do novo regulamento de 1959, do qual o Major ainda não tinha implementado e alterado. Baseávamo-nos muito no SUPINTREP quanto ao armamento do In, elaborando-se publicações a partir deles. Se era urgente, fazia-se um RELIM.

4. Ao nível tático refere no artigo de 2011, que existiam divergências nas informações por parte dos comandos operacionais, no respeitante à área e grau de pacificação. Como avaliava se essas informações: eram fidedignas? Que medidas optava por utilizar?

Nós dávamos ordens de pesquisa às Companhias de Caçadores. Havia Comandantes que reportavam que estava tudo calmo e apaziguado, mas nós começávamos a ver os relatórios, com um setor todo pacificado e ao lado cheio de incidentes. Quando um Comandante referia que tinha tudo controlado e o vizinho dizia outra coisa, começava-se a comparar e a verificar que não era verdade. Chamava então os Comandantes e confrontava-os com os fatos, para apurar a verdade.



5. As informações táticas de maior importância eram provenientes de que órgão de pesquisa? (Patrulhas, subunidades, Flechas, reconhecimento aéreo, população, informadores, escutas, ou outros...)

Os Flechas nesta altura ainda não estavam constituídos, mas vim a saber que eram bons combatentes e excelentes informadores. Não existia um órgão de pesquisa de maior importância, apesar das populações, em especial os elementos que fugiam para o mato fornecerem bons dados, bem como as milícias. A maior parte das informações provinha da passagem das patrulhas pelas aldeias, onde recolhiam notícias e dos capturados, que diziam sempre tudo, a partir do momento que os começávamos a interrogar.

A tropa que inicialmente se mandou para Angola era proveniente do CMSM e as patrulhas eram executadas por estrada, havendo apenas 15 Oficiais que já tinham prestado serviço ou tinham nascido em Angola. Mas a maioria eram os últimos de curso ou quem precisava de dinheiro. Os Oficiais que já lá tinham estado é que se metiam no mato, tendo estes tido uma influência decisiva na recolha de informações. Quem abriu a mata foram os Oficiais que já lá estavam. Se não fosse aquele grupo, inicialmente teria ser complicado.

6. Quando saiu em 1963, como funcionava a 2ª Repartição? O sistema implementado de Informações era ajustado? Como se articulavam as Informações Estratégicas e Táticas? O sistema de informações estava a funcionar corretamente?

Penso que todos já falavam a mesma linguagem. Os relatórios estavam implementados, sendo de fácil preenchimento, estando já focados nos meios e população. Ao nível estratégico a PIDE/DGS fornecia-nos poucas notícias, talvez por querer controlar essa área.

7. Como professor no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) que modificações optou por institucionalizar ao nível do processamento das Informações? A sua implementação foi frutífera até ao ano de 74?

Não existiam grandes alterações, visto já estar a ser implementado o novo manual. Estou convencido que os Oficiais a partir de 63, já saíam bem formados na área das Informações, com uma linguagem democratizada, em que qualquer um percebia o que se queria na sua elaboração.



8. Em que período da Africanização foi identificado que todo este processo iria ser decisivo para as Informações no terreno?

Em 1961 quem aguentou Angola foi o soldado negro, sempre servindo extraordinariamente. Tive inclusive um condutor negro no qual tinha toda a confiança, que chegou a furriel miliciano. Se não fossem as Companhias africanas teria desaparecido tudo. Havia um cuidado especial em os ensinar na recolha de informação, explicando todos os procedimentos. Sobre o terreno e localização de populações foram de extrema importância. Quanto à localização do In já não tinham essa capacidade. Não tive nenhum caso que saiba de um negro a trabalhar connosco e a passar informação ao In.

9. A Africanização, levou a que as fontes de informação no terreno fossem diversas e dispersas. Sentiu alguma insegurança no acesso às informações por parte dos negros que trabalhavam na repartição?

Tive negros a trabalhar na minha repartição e nunca tive problemas com eles. E nunca ouvi falar em nada. Em Luanda nunca se deu um ataque. Ia todos os dias almoçar fora, num restaurante da baixa sem qualquer problema, deixando inclusive as chaves dentro do carro.



Anexo B – Entrevista ao Exmo. Major-General Marques Pinto

Entrevistado: Major-General Renato Marques Pinto

Data da entrevista: 05FEV15

Meio de Entrevista: Oral

Síntese biográfica (no contexto da Guerra de África):

Nascido em 1925, o Major-General do Exército Renato Fernando Marques Pinto, dirigiu os SCCIA entre 1965 e 1968 no posto de Major e Tenente-Coronel. Já antes, em 1963 tinha chefiado a 2ª Repartição do QG/RMA, que atuava o sistema de informações do Exército, substituindo em funções na altura o Major Salazar Braga.

Entrevista:

1. Entre 1963 e 1968 assumiu funções como Chefe da 2ª Repartição do QG/RMA, e posteriormente assumiu as funções de Diretor dos SCCIA. Quais as principais alterações que foram introduzidas quando assumiu as funções de Chefe da 2ª Repartição?

Na altura o General Salazar Braga tinha introduzido um conjunto de NEP para facilitar e operacionalizar as Informações. Nesse aspeto não alterei nada.

Não havia grande experiência e não havia um manual para o interrogatório de pessoal capturado, de maneira que eu consegui, com auxílio de pessoal da PIDE/DGS, realizar 2 estágios de interrogatório de pessoal capturado para os Oficiais de Informações dos Setores e dos Batalhões. Consegui alterar a mentalidade de alguns Comandantes, fazendo-os ver que o pessoal capturado tinha mais utilidade vivo do que morto, e que, a obtenção de informações sob tortura, levava a que o pessoal capturado dissesse aquilo que fosse preciso, para acabarem com a tortura. Os interrogatórios eram conduzidos pelas unidades captoras, de forma a poderem usar de imediato as informações recolhidas. Foram elaborados uns impressos sobre os procedimentos a seguir na condução de um interrogatório. Considero que foi uma grande evolução, e nos quais recolhemos bons resultados.



2. No Livro “A Guerra de África” de José Freire Antunes, referiu que efetuavam reconhecimentos aéreos. O meu General acompanhava esses reconhecimentos?

Estes reconhecimentos eram realizados pela Força Aérea, por pilotos que eu considero muito bons. No entanto, alguns tinham a limitação de não conhecerem bem o terreno e a situação tática. Assim destacaram-se dois aviões para junto de alguns Setores. Também realizei RVIS, mas mais ao nível dos reconhecimentos estratégicos. Para estes era preciso saber olhar e saber bem o que procurávamos e conhecer a situação no local. Para além destes reconhecimentos, a 2ª Repartição desenvolvia outras atividades, como sejam a visitas frequentes a tropas no terreno, pois não há como ir ao terreno ver o que se passa; acompanhávamos as grandes operações, de forma a darmos os nossos contributos; realizávamos os SUPINTREP's que eram destinados a divulgar informações sobre um assunto específico; desenvolvíamos também relatórios especiais de informações, destinados a analisar uma zona específica; realizávamos brífingues ao Comandante da RMA e Comandante-Chefe, aos visitantes e acompanhantes; elaborávamos os anexos de informações aos planos de operações, sempre que havia ajustes no dispositivo; colaboramos ainda na realização dos fotomapas; desenvolvemos uma quantidade de panfletos de ação psicológica, e de informações; desenvolvemos ainda dois estágios de interrogadores em colaboração com a PIDE/DGS e com pessoal civil, que posteriormente veio a possibilitar a criação do Manual de Interrogatório de Prisioneiros. Como podem ver, era muito trabalho para uma Repartição, que para além do chefe tinha habitualmente seis Capitães e oito Sargentos, sendo que estes últimos praticamente funcionavam como datilógrafos, nas áreas de ações do In, informação exterior, ordem de batalha do In, segurança e contrainformação e ação psicológica.

3. Nesse período havia outra limitação, que era a quase inexistência de cartas topográficas. Os reconhecimentos aéreos eram realizados para efetuar o levantamento do terreno, ou por outro lado para confirmação/recolha de notícias/informações?

Os reconhecimentos eram realizados para se confirmarem notícias de forma a podermos obter informações para as operações táticas que se estavam a desenvolver ou a planear. Relativamente ao terreno, o Serviço Geográfico do Exército, desenvolveu os fotomapas a partir das fotografias aéreas, tiradas pela Força Aérea. Na 2ª Repartição



juntávamos as fotografias aéreas e enviamos para os Batalhões, de forma a que nos confirmassem, por exemplo, os nomes das terras, rios, matas, etc. Após esta confirmação eram novamente enviadas para a 2ª Repartição, que as enviava para Portugal e o Serviço Geográfico do Exército produzia os fotomapas de 1:50000. Com este trabalho julgo que em 1968, pelo menos o norte de Angola já se encontrava “cartografado”.

4. Decorrente da entrevista realizado ao nosso General Salazar Braga, verificamos que as relações com o nível estratégico, nomeadamente com a PIDE/DGS, não eram as melhores. Quando assumiu funções primeiro na 2ª Repartição e depois nos SCCIA, qual era o relacionamento com a PIDE/DGS?

Quando eu lá cheguei a 2ª Repartição verifiquei, que as relações com a PIDE/DGS eram boas. A pesquisa desenvolvida pela PIDE/DGS era ao nível do HUMINT, quer no interior, quer no exterior de Angola. A pesquisa era boa, no entanto os relatórios tinham algumas falhas e com o decorrer do tempo este aspeto foi melhorando. A relação era tão boa com a 2ª Repartição, que por vezes, enviavam os seus agentes para nos explicarem as coisas quando a sua perceção era difícil.

Quando em 1965 passei a dirigir os SCCIA, verifiquei que as relações entre a PIDE/DGS e os SCCIA não eram as melhores, podendo mesmo dizer que havia uma “guerra” sem tiros, entre estes dois serviços. O Diretor da PIDE/DGS quando eu estava na 2ª Repartição, dava-se bem comigo, mas quando passei para os SCCIA esta relação alterou-se. Tentei resolver o problema, sem tiros, e verifiquei que tinha havido uma falha grande: quando se efetuou a legislação que regulamentou os SCCIA, ninguém da PIDE/DGS foi ouvido. A PIDE/DGS tinha como missão a segurança interna e externa do país, o que não devia ter sido esquecido na elaboração desta legislação.

Havia uma reunião todas as semanas do Conselho Superior de Informações, no qual participavam o Diretor da PIDE/DGS, o Diretor dos SCCIA, o Comandante da Polícia de Segurança Pública (PSP) e os Oficiais de Informações dos 3 ramos das Forças Armadas. Numa dessas reuniões soubemos que tinha sido preso, pela PIDE/DGS, um informador dos SCCIA ao entrar em Angola, vindo do Congo. Coloquei o problema: como é que era possível a PIDE/DGS prender um informador dos SCCIA? A justificação dada foi que a PIDE/DGS não sabia quem ele era, e que não sabiam para quem trabalhava. Para resolver este mal-estar, os SCCIA foram “proibidos” de realizar pesquisa de informações no



exterior do território de Angola, sendo a PIDE/DGS exclusivamente responsável por este tipo de pesquisa. A PIDE/DGS tinha outra experiência na pesquisa externa de informações, porque desde logo tinha uma rede de informadores externa devidamente constituída, tinha experiência no reconhecimento de suspeitos e tinha técnicas de interrogatório mais apuradas que os SCCIA. Assim os SCCIA ficavam só ligados a elaboração de relatórios provinciais. Podiam atuar na pesquisa interna através dos Administradores e dos Chefes de Posto.

5. O fluxo de informações dos Batalhões para os SCCIA e vice-versa, como é que era operacionalizado?

Não havia este fluxo de informações de forma direta. As Informações seguiam do Comando de Setor para o QG e posteriormente o QG informava os SCCIA. As informações fluíam muito bem: eram disponibilizadas aos Comandantes em função da necessidade imediata para as operações, muitas vezes verbalmente. Imagine-se que um Pelotão capturava um indivíduo; se no decurso do interrogatório fossem recolhidas informações relevantes para as operações em curso, elas eram de imediato utilizadas. Posteriormente eram comunicadas para o escalão superior, mas no entretanto as informações recolhidas já tinham sido convenientemente utilizadas, nas operações em curso. Isto é fácil de dizer, mas difícil de operacionalizar, uma vez que as comunicações eram difíceis. Por vezes houve necessidade de transportar para Luanda, pessoal capturado para ser interrogados.

Gostaria de vos falar de algo que considero importante: uma coisa era a pesquisa e a transformação de notícias em informações por parte dos operadores. Era preciso dar a conhecer o que se estava a passar as tropas em Angola, e para tal fazíamos dois PERINTREP semanais, sendo estes fundamentais para a condução das operações. A Repartição de Operações elaborava um SITREP por semana. Considero que os relatórios da Repartição de Informações eram mais relevantes, pois a partir destes realizavam-se manuais e guias sobre os mais diferentes assuntos, servindo por exemplo, para dar a conhecer a um Comandante que era integrado num Batalhão, o In se lhe opunha, facilitando desta forma a sua integração e o seu nível de conhecimento. Fazíamos também relatórios sobre o armamento capturado: a análise do armamento dava-nos a ideia de quem



estava a apoiar o In e onde já chegava este equipamento. Meios novos, como as minas e os RPG eram dados a conhecer imediatamente.

6. Qual o relacionamento com os serviços de informações da Marinha e da Força Aérea?

Podemos dizer que havia um contacto amigável. No Exército tínhamos um sistema de Informações, que ia da 2ª Repartição, até aos Oficiais de Informações dos Batalhões e aos Comandantes de Companhia. Na Marinha e Força Aérea havia um Oficial de Informações e eram apoiados por mais dois ou três adjuntos. Dados os recursos limitados, a Marinha e a Força Aérea bebiam algum do nosso trabalho.

No meu entender foi uma falha muito grande em Angola, não haver uma união das Informações e das Operações nos escalões superiores. O que se passava era que quem mandava nas Operações era o Comandante-Chefe, mas quem tinha as forças atribuídas era o Comandante da 3ª Região Militar (RMA). Isto levava a uma permanente tensão entre os Comandantes, bem como entre os elementos dos respetivos Estado-Maior. Eu entendia que devia haver apenas uma repartição de Informações e outra Operações em Angola. Esta situação foi resolvida em 1971, pelo General Costa Gomes quando assumiu funções de Comandante-Chefe em Angola, em que juntou no QG na Fortaleza S. Miguel em Luanda, as repartições de Informações, Operações e Ação Psicológica dos três ramos das Forças Armadas.

7. Os cursos de Informações que frequentou, os manuais e doutrina existente ajudaram e estavam ajustados à situação que encontrou em Angola?

Ajudaram, não só ao nível das Informações, mas em todos os níveis da Guerra. Nós tivemos uma coisa que muita gente não tem e que foram os Manuais para as Operações em Guerra Subversiva. Estes manuais foram realizados após eu e o General Pedro Cardoso termos frequentado cursos em Inglaterra e de terem sido enviadas missões a Argélia, tendo sido aí obtidos muitos documentos e os manuais desenvolveram-se a partir destes. Foram absolutamente fundamentais no decurso e condução da guerra.



8. Quais as formas mais comuns de obtenção de informações?

As mesmas eram obtidas por HUMINT, IMINT e SIGINT.

Para o SIGINT estávamos bem organizados. Havia em Lisboa o SRT, montado pelo Silvino Silvério Marques, na altura Major, que estudou e operacionalizou as escutas e as das cifras. Este Serviço tinha um destacamento junto da 2ª Repartição do QG/RMA em Luanda, o que nós possibilitava ter informação do In, através da escuta das transmissões, quase em tempo real. O grande problema é que o In usava pouco as transmissões, devido a falta de equipamento rádio: se eu pudesse dizer aos Russos para lhes enviar mais equipamentos, eu dir-lhes-ia, pois conseguiríamos obter alguma vantagem. Ouvíamos basicamente as rádios que difundiam propaganda: a rádio Kinshasa, rádio Argel, e rádio Leopoldville. Nas transmissões militares como o In não tinha cifras ou com pouca segurança, era simples decodificar o que estavam a transmitir.

A IMINT obtinha-se pelo reconhecimento fotográfico. A IMINT dava-nos muitos elementos e era conseguida pela Força Aérea, junto das zonas de infiltração provenientes das fronteiras com o Zaire, onde havia patrulhas diárias de F-84. O reconhecimento visual era considerado HUMINT.

O HUMINT era conseguido através do contacto com as populações e com o In, reconhecimentos aéreos e interrogatório a pessoal capturado.

9. A PIDE/DGS criou os Flechas. Na opinião do meu General considera importante a criação dos mesmos e quais os benefícios que os mesmos trouxeram?

A criação dos Flechas foi importantíssima. Foram criados no sul de Angola aproveitando a etnia dos Bosquímanos (homens dos bosques). São homens muito pequenos, com uma tonalidade de pele entre o preto e o amarelo, tinham uma linguagem que não era entendível, e eram muito pouco evoluídos. Viviam no bosque, pois as outras etnias davam-lhes caça e tornando-os escravos; daí, conhecerem o mato como ninguém. Tinham flechas envenenadas nas pontas, e os Bantos tinham medo deles. Posso colocar-vos em contacto com o ex-Subinspetor que criou os Flechas, o Óscar Cardoso, que vive na Ericeira. Foi aproveitado um campo de trabalho (Missambo) para alojar os operacionais dos Flechas, que alojava também as suas famílias. Até se dizia que estando a tira-los do mato, lhe estavam a retirar as qualidades de andar e conhecer o mato. Eles pertenciam à PIDE/DGS, mas trabalhavam para o Exército, funcionando como pisteiros e como



combatentes. Eram conhecedores dos frutos e animais que podiam comer (nomeadamente insetos), e sabiam como obter água. Portanto eram profundos conhecedores das técnicas de sobrevivência, que lhes permitiu sobreviver durante milhares de anos afastados da civilização.

10. Com a Africanização, ao nível das Informações quer os SCCIA, quer a 2ª Repartição, começaram a receber uma quantidade muito grande de informações. Quais os inconvenientes deste aumento de informações?

Isso por vezes é mau, uma vez que não há tempo para se realizar o tratamento adequado. Por outro lado cria-se uma habituação a coisas repetitivas. Um exemplo desta última, foi a situação das informações disponibilizada pela embaixada dos Estados Unidos da América, acerca dos acontecimentos que viriam a acontecer na noite de 15Mar61 para 16Mar61, cerca de 15 dias antes de acontecerem. Nesse período o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas estava de visita a Angola e foi solicitado que essa informação lhe fosse transmitida, mas nunca chegou ao seu conhecimento. Veio-se posteriormente a verificar que não foi comunicada porque essas informações já há muito eram conhecidas no QG/RMA.

11. Para ultrapassar estas desvantagens o que foi feito?

Não foram implementadas medidas, uma vez que não podíamos negar à partida nenhuma informação. Os caçadores, nomeadamente os que realizavam Safaris, traziam-nos diversas informações. Por outro lado, os informadores pagos poderiam inventar informações para manter o seu meio de subsistência. Assim, todas as informações eram consideradas.

12. Ao longo do período que esteve em Angola, sentiu a melhoria da qualidade das Informações?

Sim, não só ao nível das Informações, mas também ao nível do nosso Comando, uma vez que houve a centralização conseguida pelo General Costa Gomes, sendo que por outro lado houve também um aumento das ações por parte do In.



13. Havia pessoal negro a trabalhar na sua repartição, e nos SCCIA?

Não, não houve porque esse pessoal não tinha formação para trabalhar informações. Para além disso, se verificassem que as coisas estavam a correr menos bem, poderiam passar-se para o outro lado.



Anexo C – Entrevista ao ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Cardoso

Entrevistado: ex-Subinspetor da PIDE/DGS Óscar Cardoso

Data da entrevista: 21FEV15

Meio de Entrevista: Oral

Síntese biográfica:

Nascido em 1935 em Lisboa, o ex-Subinspetor Óscar Aníbal Piçarra de Castro Cardoso, serviu em Angola entre os anos de 1966 e 1971, mais tarde em Moçambique (1971) e novamente em Angola até 1973. Do período que antecedeu ao seu ingresso nos quadros da PIDE/DGS, destacam-se a formação militar base na Índia, seguido do curso de Capitães milicianos na Escola Prática de Infantaria em Mafra e mais tarde para os quadros da Guarda Nacional Republicana. Em 1965 entra para a PIDE/DGS e acaba por ser destacado para a província ultramarina de Angola.

Em Angola acaba por passar por diversas funções ligadas às Informações e segurança, como a de chefe dos Serviços Reservados, a Secção Central de Contraespionagem e Inspetor Chefe de uma subdelegação sediada em Serpa Pinto, onde acabou por passar cinco anos ligados às Informações na região, mais especificamente nas “terras do fim do mundo”, no Cuando-Cubango. Na chefia da subdelegação, criou os míticos Flechas, indígenas das regiões remotas de Cuando-Cubango, que receberam treino militar no Campo de Missombo, para serem utilizados em operações de guerrilhas.

Entrevista:

1. Quais as estruturas de Informações que se relacionavam em Angola? Como era a interligação diária com as mesmas?

Todos os órgãos, desde militares, civis, da polícia e da PIDE/DGS, relacionavam-se com um espírito de entreaajuda, com a finalidade de combater o terrorismo em Angola. Posso dizer, que o trabalho da PIDE/DGS nas subdelegações, era recolher o máximo de informações, para as repartições militares. Estávamos sempre ligados com as unidades no terreno, nomeadamente aos Oficiais de Informações dos Batalhões. Os membros da PIDE/DGS eram todos oriundos de militar, daí um relacionamento ótimo entre as partes e a linguagem comum, favorecia uma célere transmissão das informações. Tínhamos uma nítida vantagem na pesquisa de informações que os militares não tinham, era o tempo de permanência no terreno. Quem vinha para os Batalhões, só passava uns meses na mesma



região e depois rodava. O pessoal da PIDE/DGS estava muitos anos nas delegações e o conhecimento profundo do terreno e a integração no seio da população, tornava-se num contributo essencial, para obtermos informações em tempo certo para poder atuar.

2. Como explicaria o fluxo de informações recolhidas pela sua Secção, entre o TO de Angola e Portugal?

Antes de tudo quero dizer que na época a PIDE/DGS tinha a melhor rede de telecomunicações de Angola, quer fosse codificada ou em canal aberto. Todas as informações ou assuntos relevantes de cada região eram transcritos para um relatório semanal, que as subdelegações enviavam para o gabinete especializado em informações da delegação provincial em Luanda. Da delegação de Luanda seguia para a metrópole através de relatório. Se porventura as informações fossem de classificação secreta ao mais alto nível, seguiam diretamente para Lisboa, numa maleta codificada com alguém durante o caminho todo. Nas subdelegações havia reuniões sempre que fosse necessário, normalmente eram semanais, onde estavam presentes, o Governador do Distrito, o Comandante Militar, o Comandante da PSP e o Inspetor da PIDE/DGS. Na maioria das vezes as reuniões eram feitas nas instalações da PIDE/DGS, porque nós tínhamos o melhor material de exposição da época, cartas a cores, fotografias aéreas, mapas de diversos tipos. Grande parte desse material fornecido pelos Sul-Africanos, com os quais tínhamos uma excelente colaboração. Esse era o processo normal, mas se houvesse necessidade de reagir imediatamente, passávamos a informação logo aos militares no terreno, se fosse necessário atuávamos nós, para não perder a oportunidade e porque sabemos que a “máquina” militar por vezes demora na execução das ações.

3. Existiram alterações nas Informações (estruturas, processos, métodos de recolha) decorrentes do evoluir da Guerra de África?

Obviamente que existiram evoluções na forma de abordar as situações, mas sobretudo porque era a própria evolução das pessoas, que passavam tantos anos nas mesmas subdelegações, que iam refinando as técnicas e as habilidades no saber obter as informações em tempo oportuno, para as passar aos militares. Posso afirmar que se evolui bastante na arte do interrogatório, aproveitando os pontos fracos dos nativos daquelas regiões, utilizando os seus medos espirituais ou superstições locais. Mas as alterações que



houve, as melhorias, ou até mesmo novas técnicas, vinham da “carolice” de cada um. Nada se fazia na formação dos operacionais da PIDE/DGS na metrópole para os preparar para Angola, não havia passagem de lições aprendidas, ou doutrinas novas, nada. O agente da PIDE/DGS apresentava-se no TO de Angola, fazia um estágio antes de ser destacado para as subdelegações e o resto eram conhecimentos adquiridos, com a experiência do saber fazer ao longo dos anos.

4. No CPI para além da recolha, como era executado na prática a análise das notícias e a sua disseminação? Quais os principais beneficiários das mesmas?

Os militares tinham uma vantagem na dita análise da informação, é que eles tinham acesso a muita informação, de várias origens e conseguiam assim cruzar os dados e autenticar a veracidade das mesmas. Nós era mais pela experiência dos anos no terreno, pela intuição ou quando houvesse tempo para tal, a utilização de meios aéreos civis ou dos Sul-Africanos para confirmar. A verdade era que quando a informação era urgente, não havia burocracia entre a PIDE/DGS e militares, era preciso atuar o mais rapidamente possível. O processo normal, e falando na minha subdelegação, eram os meus pisteiros, Flechas treinados por mim, que alertavam das alterações suspeitas na savana ou informações que circulavam entre os locais. Depois íamos confirmar, na maioria das vezes por meios aéreos, se tal se verificava. Assim, confirmada a informação, a prioridade era comunicar com o Comandante militar na região. Todo o nosso esforço era em prol dos militares.

5. A Secção Central da Contrainformação, contribuiu para uma melhoria na qualidade e quantidade de informações estratégicas e táticas?

A Secção Central da Contrainformação trabalhava essencialmente as informações estratégicas, relacionadas com os países limítrofes e com as organizações de serviços secretos internacionais do mesmo género. Pode ter tido interesse para a metrópole e teve com certeza em termos políticos, mas em nada contribuiu para as informações táticas, as que tinham impacto na guerra de guerrilha, que se fazia viver nas subdelegações.



6. As informações táticas de maior importância eram provenientes de que órgão de pesquisa? (Patrulhas, Subunidades, Flechas, Reconhecimentos aéreos, população, informadores, escutas...)

Enquanto estivemos em Angola, tivemos diversas fontes de informação, informadores locais e países limítrofes, mas o elemento chave foi sem dúvidas termos tido ao nosso lado os Bushmen, os Flechas. A criação dos Flechas foi meramente ao acaso e partiu da minha iniciativa. A determinada altura da minha viagem pelas subdelegações de Angola, conheci o Administrador Manuel Pontes, quase a reformar-se e ele falou-me desse povo escravo que habitava nas “terras do fim do mundo” e que era, ainda naquela época vendido e torturado. Contudo, tinham capacidades extraordinárias, relacionadas com a sobrevivência e caça na savana. Mas acima de tudo algo invulgar em África: não tinham medo da noite e aproveitavam a mesma para se deslocar e caçar. Pensei cá para mim, “vamos ver se consigo fazer uma força de guerrilha”, porque de facto só forças de guerrilhas poderiam combater outras forças de guerrilhas naquele tipo de terreno. Aproveitando o ódio dos Bushmen em relação às outras etnias, que durante séculos os escravizaram, criei os Flechas, guerrilheiros, mestres da pistagem e da camuflagem, que tanto faziam reconhecimentos a objetivos, como conduziam ações diretas de combate de guerrilha quando assim fosse necessário.

7. Quando fala em Operações Conjuntas em Angola, PIDE/DGS, Força Aérea, PSP e outros, qual era a articulação entre eles, contributos ou interligações?

Como referi anteriormente, toda a informação que recebia, era para os militares. Por vezes as operações tomavam tal envergadura, associando-se muitas forças como se fossem uma força conjunta, constituída pelos militares, por nós (PIDE/DGS onde inclui os Flechas), por agentes da PSP e por muitos civis, nomeadamente os que eram bons atiradores. Grande parte das vezes a obtenção e confirmação das informações era nossa, mas o comando destas operações conjuntas era sempre do Comandante militar na região. Em nenhum momento alguma entidade se sobrepôs aos comandos militares nessas ações de maior envergadura. Outras operações conjuntas que havia, eram dos militares com a PIDE/DGS, onde era frequente os Flechas acompanharem as tropas na savana, como se passou a determinada altura, em operações no leste de Angola.



8. Na nova geração de soldados negros, que incorporavam as tropas em Angola, para além dos Flechas quem mais contribuía na recolha da informação?

Num ambiente de guerrilhas como em Angola, a Africanização das tropas e daqueles que colaboravam com os “brancos”, era essencial para a recolha de informações e não só. Durante a guerra houve até iniciativa de instruir os soldados de segunda linha, para contribuírem para a recolha e até interpretação das notícias obtidas quer no terreno, quer no seio das populações. A certa altura, a consideração dos locais pela PIDE/DGS era tanta, que para além dos meus Flechas, das tropas negras e outros militarizados, o próprio povo contribuía para o sucesso das operações na região, denunciando os rebeldes nas proximidades, ou aqueles que estariam infiltrados no seio da população. Trabalhávamos com o espírito de trocas de favores, nós ajudávamos a população e eles enriqueciam as nossas fontes de informação. O nosso domínio sobre as povoações era estratégico, nós fornecíamos armas e bens necessários e eles garantiam-nos proteção local bem como a identificação e localização de movimentos guerrilheiros na região. É verdade que tinham métodos não convencionais aos olhos de um europeu, mas a verdade era que funcionava.

9. A Africanização, levou a que as fontes de informação no terreno fossem diversas e dispersas, quais as medidas tomadas para fazer face a esta situação?

Não querendo repetir-me, a PIDE/DGS passava muitos anos no terreno e conhecia bem a região e os seus nativos. Aceitávamos todas as informações que nos chegavam, qualquer que fosse a origem das mesmas. Analisávamos muita dela por intuição, fruto da experiência, mas nada invalidava de confirmar com os próprios nativos. Nós tínhamos, e penso que os militares também, elementos negros a trabalhar nas nossas secções e gabinetes. Inúmeras vezes até foram eles que decidiram como atuar em determinada situação. A presença do negro, ou dita Africanização, na nossa estrutura só veio beneficiar o nosso trabalho e a vitória em Angola, deu-se sem sombra de dúvidas devido ao apoio dos locais.



Anexo D – Entrevista ao Exmo. General Vizela Cardoso

Entrevistado: Tenente-General Vizela Cardoso

Data da entrevista: 05MAI15

Meio de Entrevista: Oral

Síntese biográfica (no contexto da Guerra de África):

O Tenente-General Vizela Cardoso cumpriu duas comissões de serviço em Angola: Comandante de Pelotão (Companhia de Caçadores 1455) e Adjunto do Comandante de Companhia (Companhia de Caçadores 1679), em 1967; Comandante da Companhia de Caçadores 2740/Batalhão de Caçadores 2919, de 1970 a 1972; e Oficial de Informações do Comando do Setor de Cabinda (Comandante de Agrupamento 15), de 1972 a 73.

Entrevista:

1. Em termos militares como estava articulado/organizado o serviço de informações?

O serviço de informações militares é composto por todos os militares, havendo unidades, ou órgãos que possuem maiores responsabilidades e competências neste âmbito.

Em Angola de 1966 a 1967, como Alferes, desempenhei funções de Comandante de Pelotão de uma Companhia de Caçadores, contribuindo para o serviço de informações, fundamentalmente fruto da atividade operacional do Pelotão, através da realização de patrulhas, relatórios e contacto com as populações.

Relativamente ao escalão de Companhia, podia trabalhar alguma coisa na área das Informações, mas a primeira estrutura, que tinha uma verdadeira estrutura de Informações com alguma capacidade, era o Batalhão.

O Batalhão possuía um Estado-Maior, composto por uma Secção de Pessoal e Logística e uma Secção de Operações e Informações. Esta última, era chefiada por um Major, e possuía um Subalterno como adjunto e um Sargento de Operações e Informações. Desta forma, já possuía um órgão para trabalhar as Informações. De salientar que as Informações são indissociáveis das Operações, de tal modo que esta ligação se fazia desde logo no Batalhão (em regime de acumulação de funções).

No escalão Batalhão havia um órgão de pesquisa específico das Informações, que era o Pelotão de Reconhecimento. Este Pelotão (com cerca de 20 militares) dependia diretamente do Comandante de Batalhão, e atuava sob a coordenação do Oficial de Operações e Informações. As missões atribuídas a este Pelotão, eram fundamentalmente



missões de segurança e escoltas, recolhendo também notícias através do contacto com a população. O Comandante de Pelotão de Reconhecimento, acumulava ainda funções na Secção de Operações e Informações do Batalhão, desempenhando a funções de adjunto.

O escalão seguinte era o Setor, comandando por um Brigadeiro. O Estado-Maior do Setor era composto por uma Secção de Pessoal e Logística (chefiada por um Capitão) e uma Secção de Operações e Informações, sendo que esta era chefiada por um TCOR/MAJ, que acumulava com as funções de CEM, e possuía um Capitão adjunto para as Operações, e um Capitão adjunto para as Informações coadjuvado por um Sargento.

A Repartição de Informações do Comando-Chefe era o órgão de cúpula de todo o serviço de informações, logo abaixo tinham os comandos dos Setores que eram comandos operacionais. As Zonas Militares quase não tinham capacidade operacional, a não ser a Zona Militar Leste, que foi criada já com um General de 3 estrelas.

O serviço de informações ligava-se à Metrópole através do Secretariado Geral da Defesa Nacional (que era o embrião do EMGFA).

Para haver um serviço de informações, tem de haver órgãos de pesquisa e os órgãos do sistema de informações têm de ter capacidade para acionar os órgãos de pesquisa. No TO de Angola, o serviço de informações dispunha de órgãos de pesquisa em todos escalões. Desde o escalão mais elevado, o Comandante-Chefe, que pedia à Força Aérea para efetuar reconhecimento, largar paraquedistas para patrulhas; à Marinha para efetuar vigilância da costa, ou ao Exército, até aos escalões mais baixos, Batalhão/Companhia que emitiam ordens de pesquisa, aos seus escalões subordinados.

No início do conflito, quem fazia a guerra era o Comando da 3ª Região Militar, sendo que os outros Comandos apoiavam as operações desenvolvidas por este. Era o Comandante da Região quem conduzia as operações. A partir dos anos 1970, o General Costa Gomes, alterou a estrutura superior de comando no TO de Angola e passou a ser o Comandante-chefe a conduzir a guerra.

O Comandante-chefe passou a ter responsabilidade operacional em todo o TO. O comando naval, a região militar e a região aérea colocavam à disposição os meios para a condução da guerra.



2. Existiram alterações nas Informações (estruturas, processos, métodos de recolha) decorrentes do evoluir da Guerra de África?

As alterações das Informações, decorrentes da Guerra de África, têm a ver fundamentalmente, com a adaptação de procedimentos à guerra subversiva. O centro de gravidade da guerra subversiva são as populações, e não tanto o terreno ou o In. As grandes adaptações nas estruturas das Informações, foram de facto a adaptação às populações.

Outra alteração importante prendeu-se com a coordenação das Informações, e daí ter sido criada uma estrutura, que nem sempre funcionou, os SCCIA. A PIDE/DGS alienou-se daquela estrutura, argumentando que não tinha sido ouvida na criação dos SCCIA e referindo que tinham a primazia na recolha das informações no exterior.

3. Que tipo de informações ao nível estratégico e tático tinha disponível (e falamos neste, uma vez que em termos doutrinários OTAN só eram contemplado o nível Estratégico e Tático)? Que meios e procedimentos eram adotados para ajudar no planeamento e apoio ao escalão superior e inferior? Como eram as relações e a partilha de conhecimentos entre os SCCIA, o SIM e a PIDE/DGS?

Existem informações estratégicas, operacionais e táticas, que nem sempre têm a ver com os níveis da Guerra (o nível político-estratégico, estratégico-militar, operacional e tático).

O comando-chefe de Angola era um comando operacional, ainda que tivesse acesso a informações estratégicas. Tudo o que se passava em redor de Angola contribuía como sendo informações estratégicas. As ameaças podiam vir do exterior, como efetivamente se verificava com os fluxos de forças In para o interior e exterior de Angola, e com todo o apoio que daí vinha. As principais fontes de informações estratégicas eram a PIDE/DGS, e as embaixadas.

A integração da informação estratégica com a informação operacional, era normalmente efetuada ao nível do Comando-Chefe, uma vez que diretor da PIDE/DGS de Angola trabalhava e dependia do Governador, havendo reuniões semanais.



4. Como estava implementada a doutrina de Informações?

Os documentos de doutrina eram o Regulamento de Campanha Informações, o Regulamento do Exército na Guerra Subversiva, que continha um capítulo sobre Informações e depois para cada região militar as NEP. As NEP de Angola estavam muito bem-feitas.

Era normal receber e efetuar Ordens de Pesquisa. Quanto aos Planos de Pesquisa não me recordo de ver Planos de Pesquisa. As ordens de operações continham anexos, na qual se incluía o Anexo de Informações, ou SUPINTREP's.

Havia orientações que definiam o que era importante saber ou pesquisar, contudo não sobre a forma de Plano de Pesquisa.

Os relatórios são fundamentais e são umas das formas regulamentares de difusão das informações.

As informações urgentes eram difundidas através de RELIM, sendo a sua difusão por mensagem ou por rádio. O RELIM era enviado sempre que a situação o exigia, sendo o envio de forma urgente. O SITREP era enviado diariamente. O PERINTREP era periódico, enviado semanalmente. O SUPINTREP quando havia necessidade adicional de difusão de informação

5. As informações táticas de maior importância eram provenientes de que órgão de pesquisa? (Patrulhas, subunidades, Flechas, reconhecimento aéreo, população, informadores, escutas, ou outros...)

Sendo uma guerra subversiva, e que tem a ver fundamentalmente com as populações, e como tal grande parte das informações vem da população.

Os informadores eram a melhor fonte de informação, pelo menos em Cabinda. Logo ao nível da Companhia, tínhamos uma verba para gastos que apresentávamos ao Batalhão para pagar aos informadores.

O sistema de informações funcionava basicamente com base nos informadores, que eram pagos e por vezes, alicerçada em desertores. Com base nos prisioneiros era mais difícil obter informações.

Os informadores que a PIDE/DGS normalmente trabalhava eram os colonos Portugueses (estou a falar de Cabinda), residentes no exterior de Angola. Havia portugueses em todo o lado, nomeadamente no Congo Belga. Muitos radicaram-se em Kinshasa (Leopoldville), no Congo em Ponta-negra, etc.



A Chefia de Reconhecimento das Transmissões, era também um órgão de pesquisa muito importante. Tinha duas funções: escuta das nossas transmissões de forma a verificar se existiam violações de segurança, e escuta das comunicações do inimigo, que falando em dialetos eram traduzidas em tempo real, conseguindo obter muita informação.

A Chefia de Reconhecimento das Transmissões fazia relatórios diários que difundia para toda a rede da estrutura de Informações, os Boletins Periódicos de Escutas Rádio (PERBOLRAD), que consistiam na transcrição para papel das comunicações rádio.

Este órgão de pesquisa funcionava através de destacamentos da Chefia de Reconhecimento das Transmissões junto os escalões inferiores que captavam as comunicações, e posteriormente enviavam para Luanda, após o qual a 2ª Repartição do QG procedia à difusão.

O Serviço Cartográfico do Exército, elaborou as cartas todas de Angola. Competia à 2ª repartição a solicitação para elaboração das mesmas de acordo com as necessidades operacionais.

Havia um destacamento de interrogatório, em Luanda ao nível do QG, mas nunca funcionou muito bem. Destinava-se a interrogar os capturados mais importantes.

O pessoal capturado, era interrogado logo pela unidade captora e posteriormente evacuados para os escalões superiores. Se fosse civil, tinham de ser entregues à PIDE/DGS e em princípio desde que não andassem armados, eram considerados civis.

O reconhecimento aéreo também era um aspeto muito importante, ainda quem em termos de segurança das informações, os aviões não podiam andar às voltas numa determinada área. Uma das técnicas que era utilizada, para dissimular o que andávamos a fazer, era com o helicóptero simular uma evacuação aérea e realizávamos efetivamente o reconhecimento aéreo.

Relativamente aos Flechas nunca trabalhei com eles, uma vez que em Cabinda não operavam. Havia as TE, que eram indivíduos recuperados da UPA/FNLA ou do MPLA, e que se apresentavam ou que eram capturados e que depois manifestavam interesse em integrar as TE. As TE eram órgãos de Informações também, agora, a maior parte das TE não diziam nada de jeito. Eram uma fonte de pesquisa não muito credível. Um fato relevante foi a apresentação voluntária de Xavier Lubota às nossas tropas. Era um líder importante e que devido ao descontentamento com os movimentos de libertação, se apresentou e trouxe muita informação do In: técnica do inimigo, a sua organização, ideologia e como é que ele atuava. Veio posteriormente a ser guia das nossas forças.



6. No período em que esteve em funções como se articulavam as Informações estratégicas e táticas? O sistema de informações estava a funcionar corretamente?

Houve sempre atritos. O pessoal não queria trabalhar com a PIDE/DGS. Os SCCIA, em Cabinda, também eram um bocado amadores. Quem tem informações tem poder, e nenhum dos órgãos gostava de partilhar as informações de que dispunha.

Considerações finais

Em termos de conclusão final, gostaria de dizer que os Comandantes dos escalões mais baixos davam pouca importância às Informações. Apesar disso, considero que a estrutura de Informações estava bem montada e existia mesmo, não era só no papel. Agora não chega só a estrutura, é necessário que as pessoas saibam utiliza-la e estejam sensibilizados para essa estrutura